



OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL - 2023

3ª Edição



**Assembleia
Legislativa**

Estado do Rio Grande do Sul



**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, DESPORTO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



Assembleia Legislativa


Estado do Rio Grande do Sul

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Vilmar Zanchin	Presidente
Delegada Nadine	1ª Vice-presidente
Valdeci Oliveira	2º Vice-Presidente
Adolfo Brito	1º Secretário
Eliana Bayer	2º Secretário
Paparico Bacchi	3º Secretário
Luiz Marengo	4º Secretário



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, DESPORTO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sofia Cavedon (PT) Presidente

Rafael Braga (MDB) Vice-presidente

Titulares:

Deputado Leonel Radde (PT)
Deputada Silvana Covatti (PP)
Deputado Kaká D'Ávila (PSDB)
Deputado Luciano Silveira (MDB)
Deputado Neri o Carteiro (PSDB)
Deputada Adriana Lara (PL)
Deputada Eliana Bayer (Republicanos)
Deputado Luiz Marengo (PDT)
Deputado Elizandro Sabino (PTB)
Deputado Felipe Camozzato (NOVO)

Suplentes:

Deputado Adão Pretto Filho (PT)
Deputado Pepe Vargas (PT)
Deputado Joel Wilhelm (PP)
Deputada Delegada Nadine (PSDB)
Deputado Edilson Brum (MDB)
Deputada Patrícia Alba (MDB)
Deputado Pedro Pereira (PSDB)
Deputado Capitão Martim (REPUBLICANOS)
Deputado Cláudio Tatsch (PL)
Deputado Gerson Burmann (PDT)
Deputada Bruna Rodrigues (PC DO B)



Praça Marechal Deodoro, 101 - 3º Andar - Porto Alegre-RS
CEP 90010-300 - Fone: (51) 3210-1181
cecdct@al.rs.gov.br

Equipe da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia

Coordenadora: Liane Maria Bernardi

Secretária: Marinella S. Peruzzo

Assessora: Ana Claudia Pinheiro Oliveira

Equipe de elaboração do Observatório da Educação Pública do RS

Pesquisa e Organização: Vera Regina Ignácio Amaro

Colaboradores: Aniger de Oliveira e Elton Scapini

Projeto Gráfico: Denis Soares



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA EDUCAÇÃO	10
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO	17
CENSO ESCOLAR – MATRÍCULAS E NÚMERO DE ESCOLAS	25
INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	34
APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DO RS.....	42
DISTORÇÃO IDADE – SÉRIE	44
SAERS – SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	46
PROGRAMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	50
EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	52
EDUCAÇÃO ESPECIAL	58
EDUCAÇÃO DO CAMPO	59
BIBLIOTECAS ESCOLARES	61
INFRAESTRUTURA DA REDE ESTADUAL	64
PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	70
FONTES DE PESQUISA	77

1. APRESENTAÇÃO



Foto Marta Resing

Apresentamos o 3º Observatório da Educação Pública do Estado do Rio Grande do Sul, recuando no tempo possível em que temos registros dos indicadores e procurando cobrir os níveis e modalidades, os investimentos e os resultados alcançados. Essa produção evidencia dados, e não análise.

A intenção é trazer uma radiografia da educação olhando ao longo do tempo para os indicadores e cruzar os dados de maneira a compreender esse fenômeno social, construtor do ser humano, produtor de valores e signos, receptor das nuances da sociedade e promotor do seu desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Assim, aprender a olhar, a partir de diferentes pontos de vista, pois que um dado só será compreendido e traduzido conforme o lugar de onde vem e as relações que estabelece.

Nesse material reunimos dados de diferentes fontes: Secretaria da Fazenda do Estado, a Secretaria da Educação, Secretaria de Planejamento e Gestão, MEC, INEP, Ministério Público, dentre outras instituições.

Nossa Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia tem olhares multipartidários, multiprofissionais e de diferentes interesses e inserções sociais. E precisa dar conta de ouvir os autores e as autoras envolvidas nessas áreas, aproximar ideias, acolher demandas, produzir e fiscalizar políticas públicas para tomar posição, quando do voto. Também ofertamos à sociedade um retrato possível da educação, de modo a informar suas decisões, inclusive na definição do novo Plano decenal da educação, ora em curso.

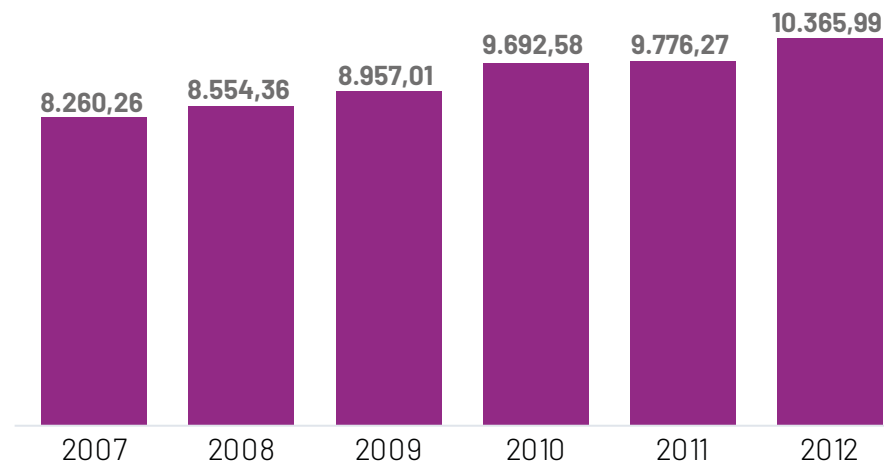


Deputada Sofia Cavedon

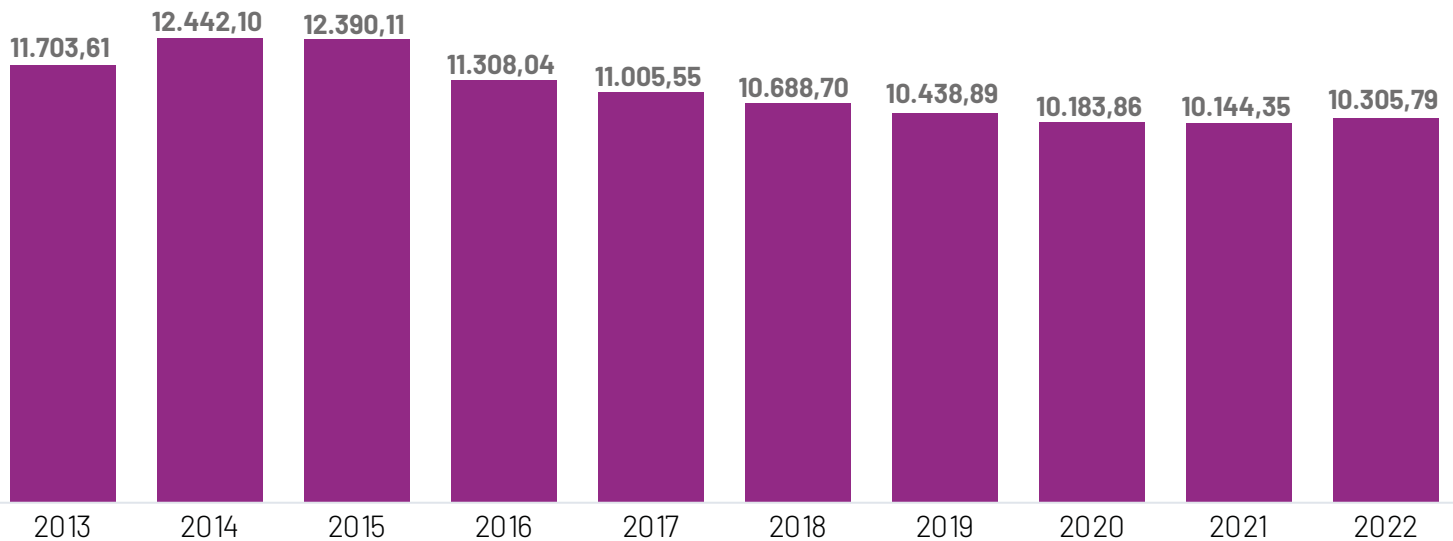
2.1 - Execução da Secretaria Estadual de Educação

Valores em R\$ milhões atualizados pelo IPCA a Dezembro/2022)

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



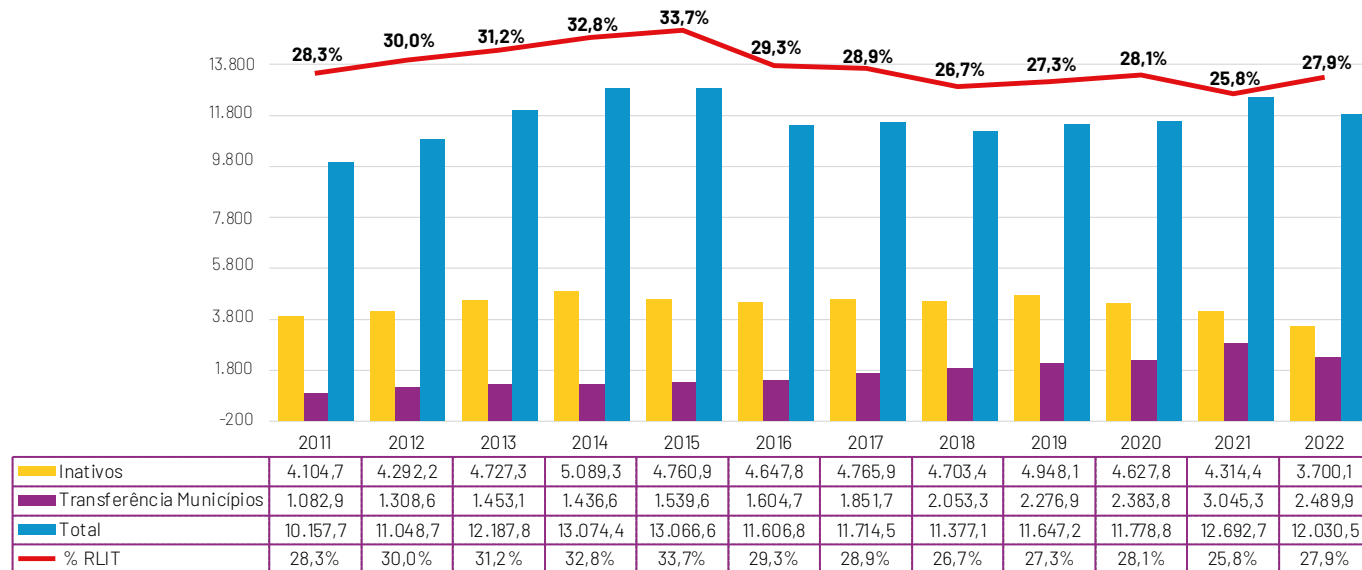
Fonte: Sefaz/RS



- O gráfico reflete os montantes totais de recursos aplicados através da Secretaria da Educação ao longo do tempo, considerando os recursos vinculados pela Constituição, a receita do Fundeb, bem como demais recursos (como convênios e recursos livres do estado) executados por esta Secretaria.

2.2 - Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Em % e R\$ milhões atualizados pelo IPCA a valores médios de 2022



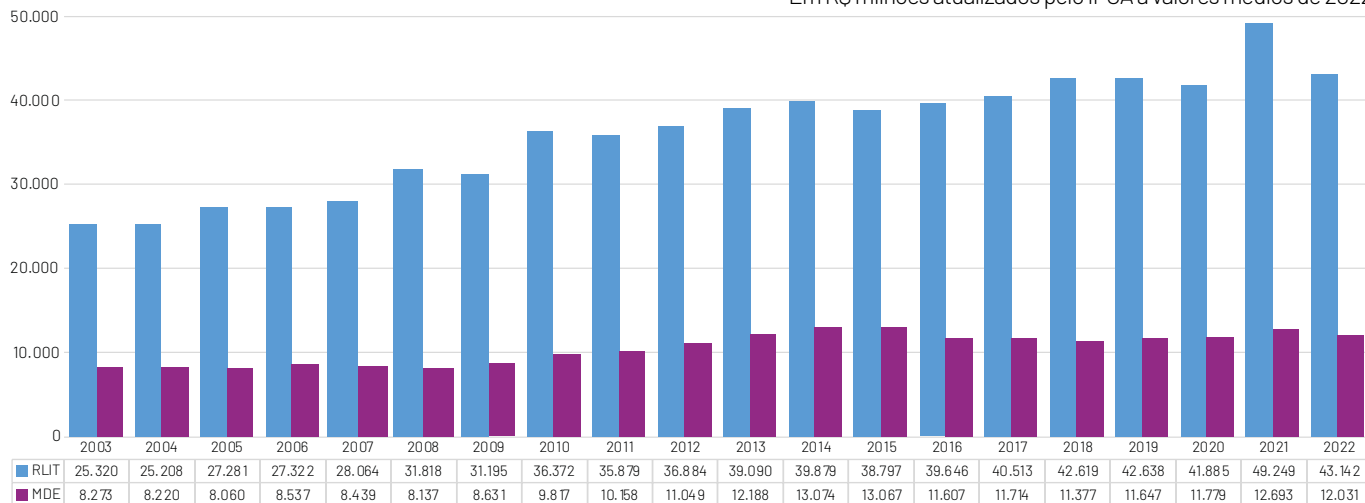
Inativos referem-se a complementação financeira ao Ipers-Prev para seu pagamento.

Fonte: Sefaz/RS e RREO - LRF

- O Gráfico demonstra a aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino conforme publicada pelo Executivo Estadual, com destaque para a Transferência aos municípios da contribuição da receita do estado ao Fundeb e dos recursos do MDE aplicados no pagamento de inativos (este em não atendimento a EC 108/2020).

2.3 – Valores – Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

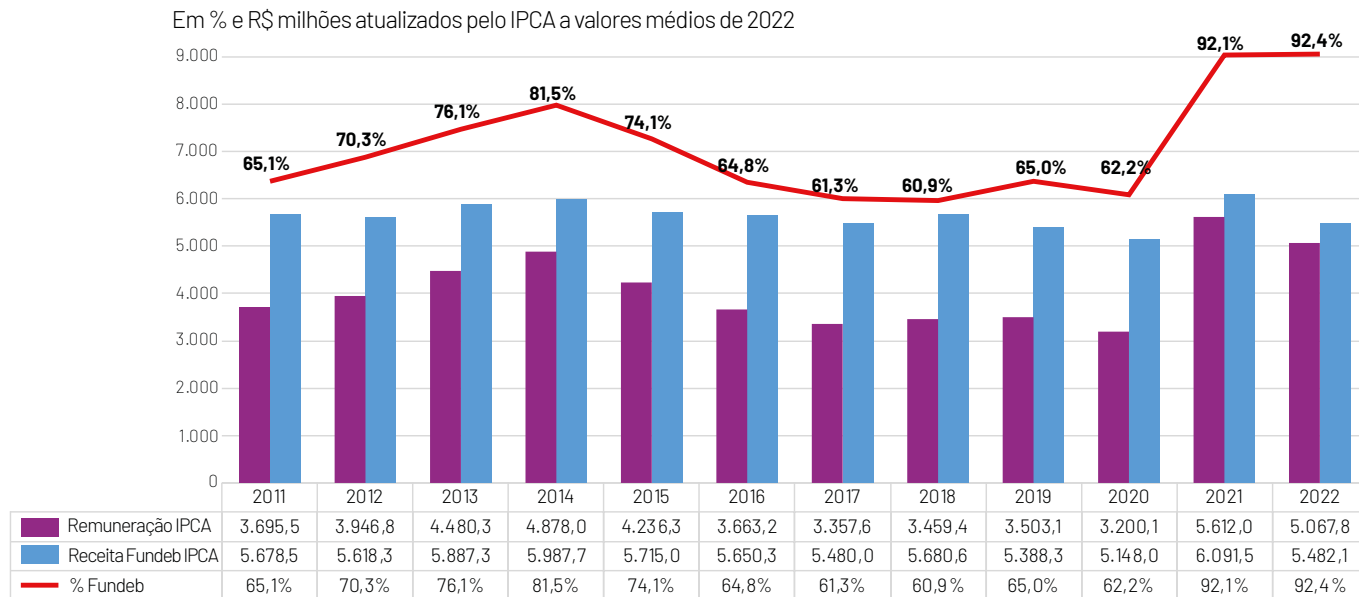
Em R\$ milhões atualizados pelo IPCA a valores médios de 2022



Fonte: RREO-LFR

- O gráfico se refere aos montantes dos recursos relativos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme publicados, bem como a evolução da Receita Líquida de Impostos e Transferências ao longo do tempo. Em 2022, a RLIT apresenta queda em razão da não renovação do aumento do ICMS dos combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, assim como da alíquota básica, vigentes desde 2016 e da limitação das alíquotas e alteração da base de cálculo de energia, combustíveis, transporte coletivo e telecomunicações a partir da vigência das Leis Complementares 192 e 194/2022, no segundo semestre daquele ano.

2.4 – FUNDEB – Receita e aplicação na remuneração do Magistério

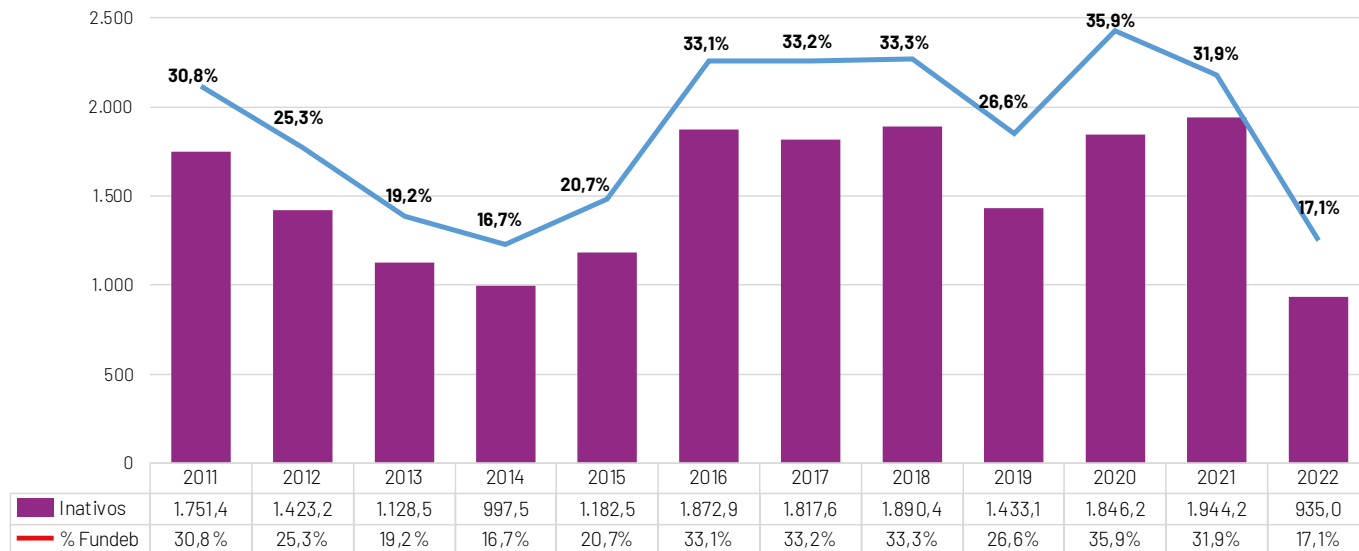


Fonte: Sefaz/RS

- O presente gráfico demonstra a aplicação do Fundeb em remuneração do magistério, seus montantes e percentual, de 2011 a 2022, conforme publicado pelo Poder Executivo. Dos valores aplicados, dizem respeito ao pagamento de inativos, R\$ 1,85 bilhão em 2020, R\$ 1,94 bilhão em 2021 e R\$ 935 milhões em 2022, todos atualizados pelo IPCA a valores médios de 2022, em não atendimento ao determinado pela Emenda Constitucional 108/2020.

2.5 - FUNDEB - Aplicação em Inativos

Em % e R\$ milhões atualizados pelo IPCA a valores liquidados médios de 2022

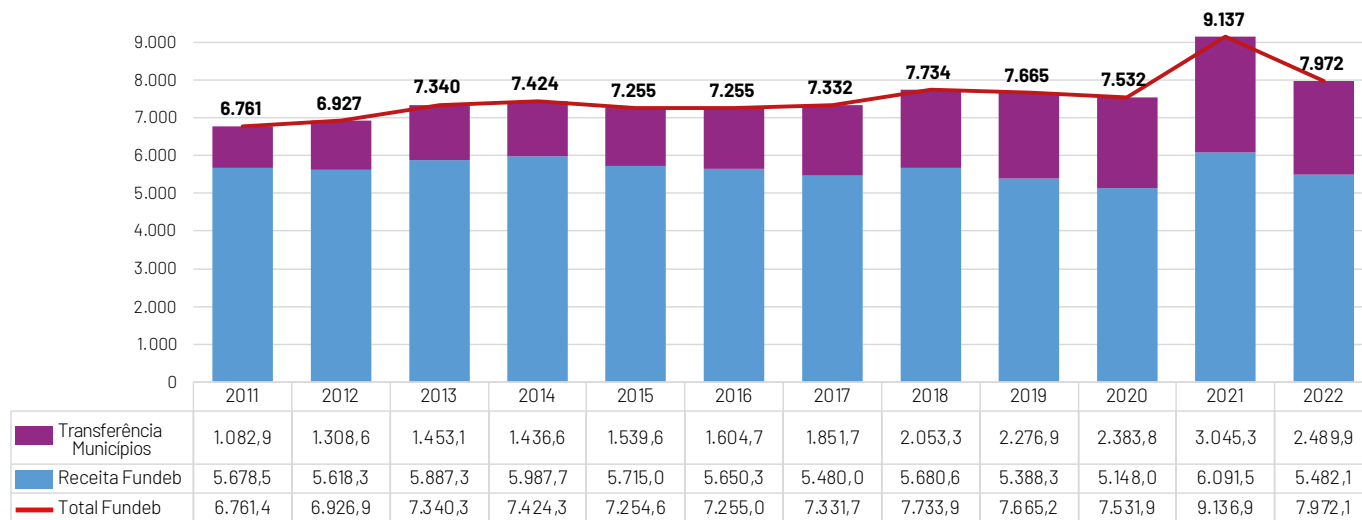


Fonte: Sefaz/RS

- O presente gráfico destaca os valores e percentuais da receita do Fundeb que foram utilizados para pagamento de inativos ao longo da série histórica (2011-2022).

2.6 – FUNDEB – Receita, Transferência aos Municípios e Total:

Em % e R\$ milhões atualizados pelo IPCA a valores médios de 2022



Fonte: Sefaz/RS

- O gráfico informa os valores totais de contribuição do estado do Rio Grande do Sul ao Fundeb, os valores que retornaram ao estado através da Receita e os transferidos pelo Fundo aos municípios, atualizados pelo IPCA a 2022.

3 – TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

3.1 – Lei do Piso salarial dos (as) Professores (as)

- A cada ano, o Piso do Magistério deve ser corrigido de acordo com o crescimento do **valor anual mínimo por aluno** referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, estabelecido pelo FUNDEB.
- Em janeiro de 2020 foi aprovado pelo parlamento estadual do Rio Grande do Sul a Lei que alterou o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério (Lei 15.451).

3.1.1 - Subsídio dos(as) Professores(as) da Rede Estadual

TABELA DE SUBSÍDIOS DO MAGISTÉRIO VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2023 (20 horas) - EM R\$

Nível/Classe	A	B	C	D	E	F
I (Formação de nível médio)	2.210,28	2.232,32	2.254,65	2.277,20	2.299,96	2.322,96
II (Licenciatura curta)	2.254,43	2.276,97	2.299,73	2.322,74	2.345,97	2.451,52
III (Licenciatura plena)	2.320,74	2.436,77	2.558,60	2.686,53	2.847,73	3.047,06
IV (Pós-graduação lato sensu)	2.431,23	2.552,81	2.680,44	2.868,07	3.068,84	3.283,66
V (Mestrado)	2.652,28	2.811,39	2.980,08	3.158,89	3.348,43	3.549,32
VI (Doutorado)	2.873,29	3.045,69	3.228,43	3.422,13	3.627,44	3.866,86

Elaboração Dieese

TABELA DE SUBSÍDIOS DO MAGISTÉRIO VÁLIDA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO 2023 (40 horas) - EM R\$

Nível/Classe	A	B	C	D	E	F
I (Formação de nível médio)	4.420,57	4.464,65	4.509,27	4.554,38	4.599,93	4.645,92
II (Licenciatura curta)	4.508,84	4.553,93	4.599,48	4.645,47	4.691,92	4.903,06
III (Licenciatura plena)	4.641,45	4.873,53	5.117,20	5.373,07	5.695,45	6.094,12
IV (Pós-graduação lato sensu)	4.862,48	5.105,61	5.360,89	5.736,14	6.137,67	6.567,32
V (Mestrado)	5.304,53	5.622,79	5.960,17	6.317,76	6.696,85	7.098,65
VI (Doutorado)	5.746,57	6.091,36	6.456,84	6.844,26	7.254,90	7.733,72

Tabela atualizada conforme Lei 15.960 publicada no DOE de 10/04/2013.

Fonte: DIEESE - Escritório Regional do RS

3.1.2 – Supremo Tribunal Federal reafirma que piso salarial é legal

- O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou os embargos de prefeitos e governadores sobre as regras de aplicação do Piso Nacional Profissional do Magistério, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) avalia que estados e municípios deverão quitar os valores retroativos aos/às profissionais da educação básica.
- Em julgamento do STF, finalizado em 11 de setembro de 2023, o ministro relator Luís Roberto Barroso declarou em seu voto que os argumentos apresentados pelos governos estaduais contra o reajuste do piso pelas portarias do MEC não procedem.
- A rejeição dos embargos reafirmou a decisão de mérito da Corte, que julgou, na sessão de fevereiro de 2021, a plena constitucionalidade dos reajustes desde 2010, e autorizou o MEC a divulgar o percentual de

atualização anual, a fim de uniformizar a atualização do piso em todos os níveis federativos.

- O STF também decidiu que a aprovação do Fundeb permanente pela EC nº 108 manteve inalterados os compromissos da Lei nº 11.738/2008, especialmente o artigo condizente à atualização do valor do piso.
- Estados e municípios devem pagar os valores do piso.

3.2 – Revisão Anual dos vencimentos de servidores públicos

- Desde 2015, a maioria das categorias dos servidores públicos, entre eles os servidores de escola, tiveram 6% de recomposição, diante de uma inflação de 65,2% (INPC 01/2015 a 07/2023).

3.2.1 – Tabela salarial dos(as) agentes educacionais (40 horas – desde abril de 2022)

Nível	Grau	Vencimento Básico
AGENTE EDUCACIONAL I – Manutenção e Infraestrutura / Alimentação		
I	A	657,97
	B	697,45
	C	739,28
	D	783,64
	E	830,61
	F	881,67
AGENTE EDUCACIONAL III – Auxiliar Administração (em extinção)		
I	A	1.013,27
	B	1.074,06
	C	1.138,50
	D	1.206,80
	E	1.279,14
	F	1.357,78
AGENTE EDUCACIONAL IV – Monitor de Escola (em extinção)		
I	A	792,19
	B	839,72
	C	890,10
	D	943,50
	E	1.000,06
	F	1.061,53
AGENTE EDUCACIONAL I, II (Administração Escolar / Interação com o Educando), III e IV		
II	A	1.184,34
	B	1.255,39
	C	1.330,73
	D	1.410,55
	E	1.495,10
	F	1.587,01
III	A	1.710,72
	B	1.813,36
	C	1.922,16
	D	2.037,45
	E	2.159,61
	F	2.292,35

Nota: Tabela atualizada pela Lei 15.837 de 18/05/2022
(publicada do DOE nº 94º, de 18 de maio de 2022)

Fonte: DIEESE – Escritório Regional do RS

3.3 – Contratos Temporários de Concurso Público

- O Estado vem mantendo a contratação de professores(as) e servidores(as) de forma temporária e precária. Tomada inicialmente como política para suprir necessidades temporárias, os contratos emergenciais vêm se tornando uma das principais formas de ingresso na rede estadual do RS.
- O número de matrículas de efetivos no magistério estadual teve uma queda significativa entre 2006 e 2023. Em 2006, havia 74.163 e até junho de 2023, caiu para 30.263. Uma diminuição de 43.900 matrículas.
- O número de matrículas de servidores efetivos em escola teve queda significativa entre dezembro de 2006 e junho de 2023. De 16.882 caiu para 6.772. Representando uma queda de 10.110 servidores.
- No que se refere aos contratos para suprir o quadro de servidores de escola, este número de contratos já está em 8.691.
- O número total de trabalhadores em educação ativos caiu de 109.497 (em dezembro de 2006), para 72.007 (em junho de 2023). Foram 37.490 trabalhadores em educação a menos nas escolas da rede estadual.
- Depois de 10 anos sem concurso na área da educação, o Governo do Estado lançou em março o Edital do Concurso Público para professores e professoras, contemplando somente 1.500 vagas.
- Num universo de mais de 25.000 contratos emergenciais de professores(as), a realização de um concurso para preenchimento de poucas vagas mantém a fragilidade das relações de trabalho vivenciada pela rede estadual de ensino.
- O concurso não disponibilizou vagas para disciplinas importantes como, por exemplo: história, educação física, espanhol, filosofia e sociologia artes, e currículo (séries iniciais). Também, não contemplou o preenchimento de vagas em setores pedagógicos, nem para as bibliotecas escolares.

SERVIDORES ATIVOS LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - MATRÍCULAS

TIPO VÍNCULO / PERÍODO	dez/06	dez/10	dez/14	dez/18	dez/22	jun/23	Jun./23 X Dez.14	
							Nº	%
	91.908	75.561	70.958	53.142	38.498	37.152	-33.806	-47,6%
MAGISTÉRIO	74.163	59.473	57.699	42.971	31.309	30.263	-27.436	-47,6%
SERVIDORES ESCOLA	16.882	15.345	12.614	10.084	7.147	6.772	-5.842	-46,3%
ANALISTAS				29	5	82		
GERAL	768	684	593	56	36	34	-559	-94,3%
POLÍCIA CIVIL			5				-5	-100,0%
SUSEPE	2		1	2	1	1		0,0%
TÉCNICO NÍVEL MÉDIO			1				-1	-100,0%
TÉCNICO-CIENTÍFICOS	82	56	44				-44	-100,0%
ÚNICO MAGISTÉRIO	11	3	1				-1	-100,0%
ADIDO	8	15	36	15	20	24	-12	-33,3%
GERAL	8	9	35	15	14	18	-17	-48,6%
MAGISTÉRIO		6	1		6	6	5	500,0%

TIPO VÍNCULO / PERÍODO	dez/06	dez/10	dez/14	dez/18	dez/22	jun/23	Jun./23 X Dez.14	
							Nº	%
EMERGENCIAL/TEMPORÁRIO	12.567	20.083	27.756	26.596	34.577	34.304	6.548	23,6%
MAGISTÉRIO	11.222	16.804	20.238	19.132	25.618	25.499	5.261	26,0%
SERVIDORES ESCOLA	1.333	3.274	7.427	7.373	8.849	8.691	1.264	17,0%
GERAL	11	4	90	87	70	65	-25	-27,8%
TÉCNICO NÍVEL MÉDIO				4	40	49	49	
ÚNICO MAGISTÉRIO	1	1	1				-1	-100,0%
AGENTE POLÍTICO	1		1	1	1	1		0,0%
COMISSIONADO	745	400	365	318	330	493	128	35,1%
EXTRANUMERÁRIO	4.240	1.553	428	88	15	12	-416	-97,2%
GERAL	372	138	35	8	2	1	-34	-97,1%
SERVIDORES ESCOLA	1	1						
ÚNICO MAGISTÉRIO	3.867	1.414	393	80	13	11	-382	-97,2%
MEMBRO CONSELHO	28	32	20	22	21	21	1	5,0%
TOTAL	109.497	97.644	99.564	80.182	73.462	72.007	-27.557	-27,7%

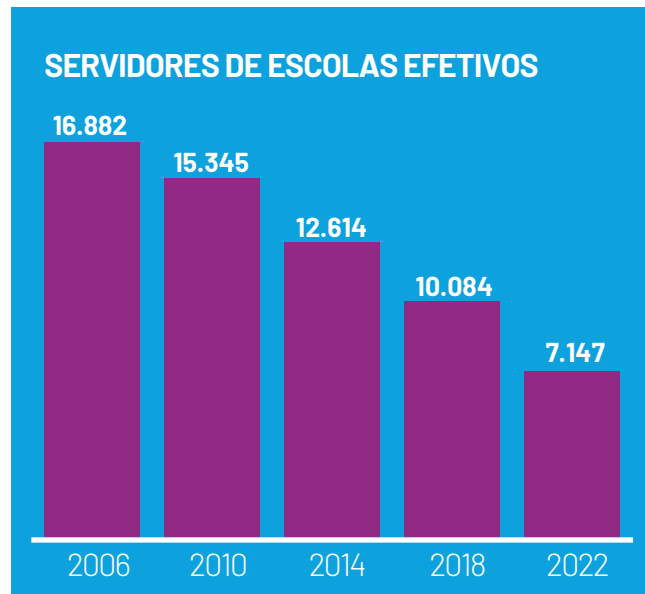
Obs.: O percentual de contratados emergencialmente chegou a 45,7% no Magistério e a 56,2% dos Servidores de Escola.

Fonte: SEFAZ - Portal BI - Cubos/RHE.

Trabalhadoras e trabalhadores efetivos na rede estadual de educação



Fonte: SEFAZ – Portal BI – Cubos/RHE



Fonte: SEFAZ – Portal BI – Cubos/RHE

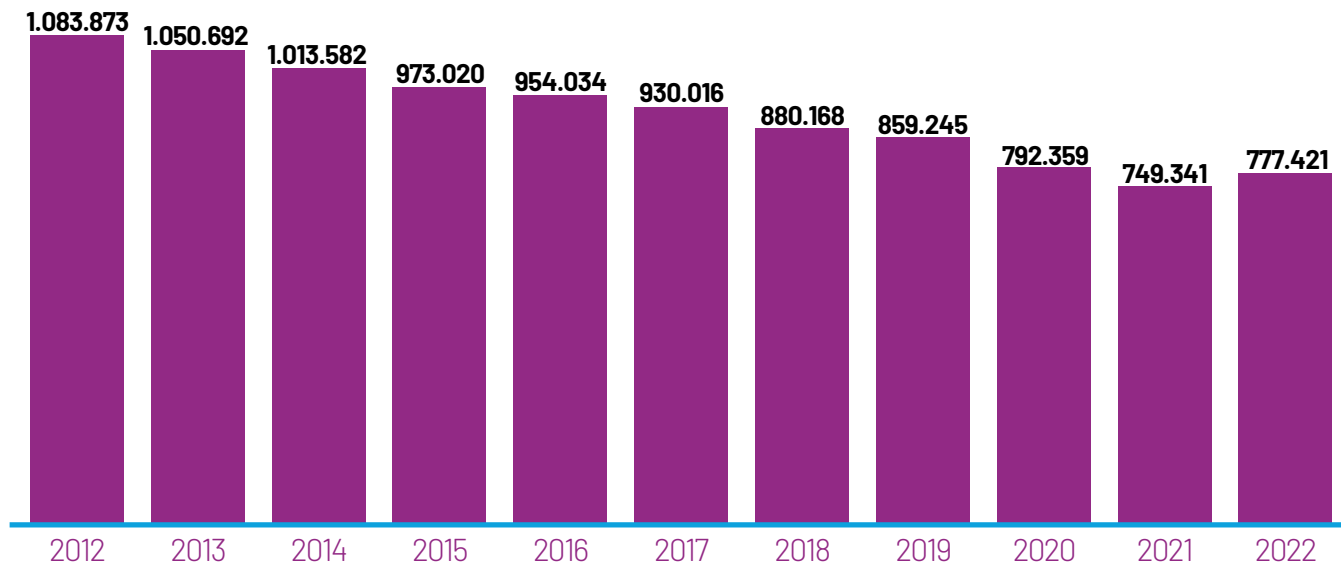
4 - CENSO ESCOLAR – MATRÍCULAS E NÚMERO DE ESCOLAS

O Censo Escolar é uma coleta anual de dados sobre a educação básica, com a participação de todas as escolas públicas e privadas brasileiras. Por meio do Censo Escolar, é possível obter dados a respeito das características físicas, pedagógicas, administrativas e da infraestrutura das escolas, mas também algumas informações dos alunos, dos profissionais e dos gestores escolares.

4.1 – Matrículas na Rede Estadual de Ensino

No dia 8/02/2023, o INEP divulgou informações do Censo Escolar 2022. Na sequência alguns dados da Rede Estadual do Rio Grande do Sul.

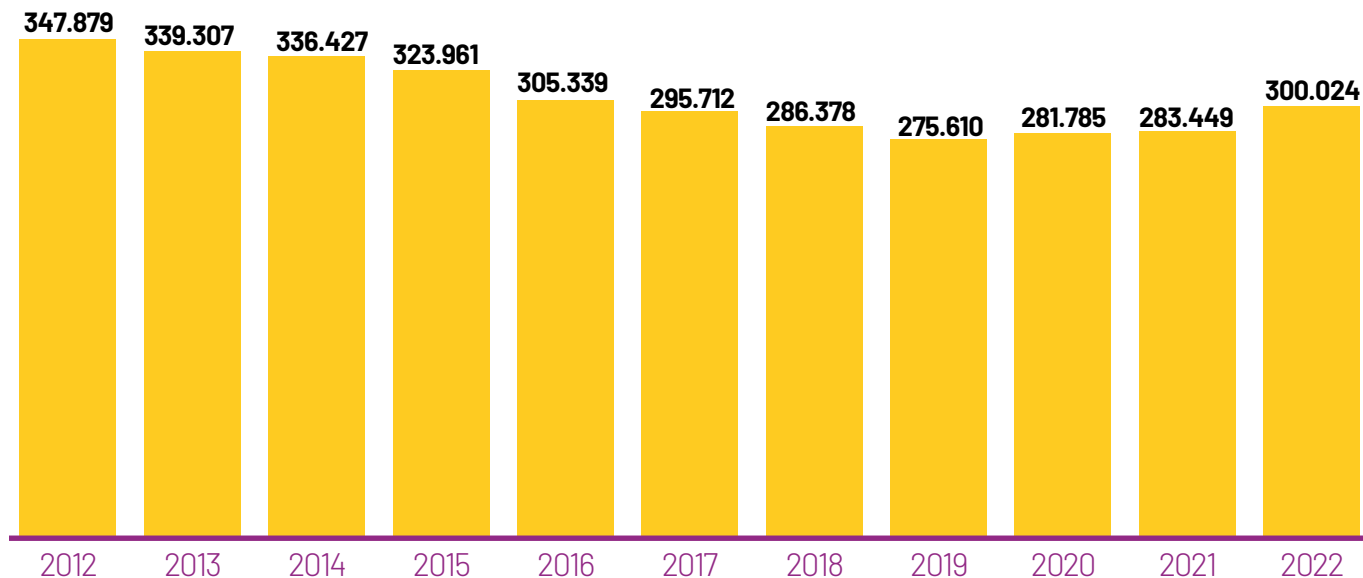
TOTAL DE MATRÍCULAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO



Fonte: INEP - Censo Escolar 2022

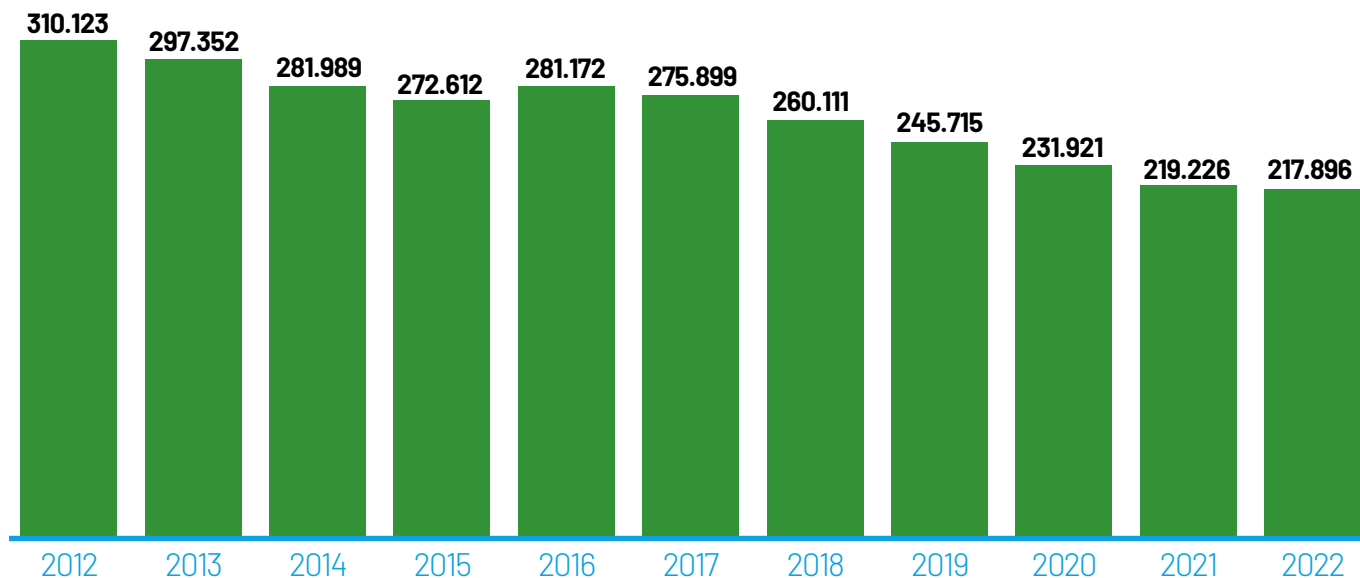
- Em 2022, o número total de matrículas na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul foi de 777.421, o que significou um acréscimo de 3,7% (28.080 matrículas) em relação a 2021.
- As matrículas na Educação Infantil vinculada a rede estadual, em 2022, tiveram um acréscimo de 1.319 matrículas (1,15%) na comparação com 2021, acompanhando movimento observado nas demais redes estaduais – que em média, cresceu 3%.
- No Ensino Fundamental, a Rede Estadual registrou um aumento de 1.710 matrículas, o que representou 0,4%.
- No Ensino Médio Estadual o crescimento foi de 16.575 matrículas, representando 5,8%.
- Na EJA, o número de matrículas cresceu em 2022 e recuperou 8.443 matrículas, o que representa crescimento de 26,7% em relação a 2021.
- Em 2019, as matrículas na EJA totalizavam 71.703, mas em 2021 caiu para 31.552. Em 2022, o número de matrículas foi de 39.995, portanto, mesmo com crescimento no último período, se considerar os últimos 4 anos, pelo menos 31.708 matrículas foram extintas no Estado. No geral, em 2022, as redes estaduais de ensino registraram uma queda, em média, de 11,7%, comparado com o ano anterior. Também é importante registrar que neste período tivemos a pandemia da Covid-19, que tem influência nos dados, bem como a política de enxugamento de oferta de vagas.
- Na Educação Profissional houve aumento de 4,39%, representado um acréscimo de 1.605 matrículas no Estado, atrás do crescimento médio nas demais redes estaduais brasileiras que registraram alta de 5,9%.

MATRÍCULAS - ENSINO MÉDIO - REDE ESTADUAL /RS



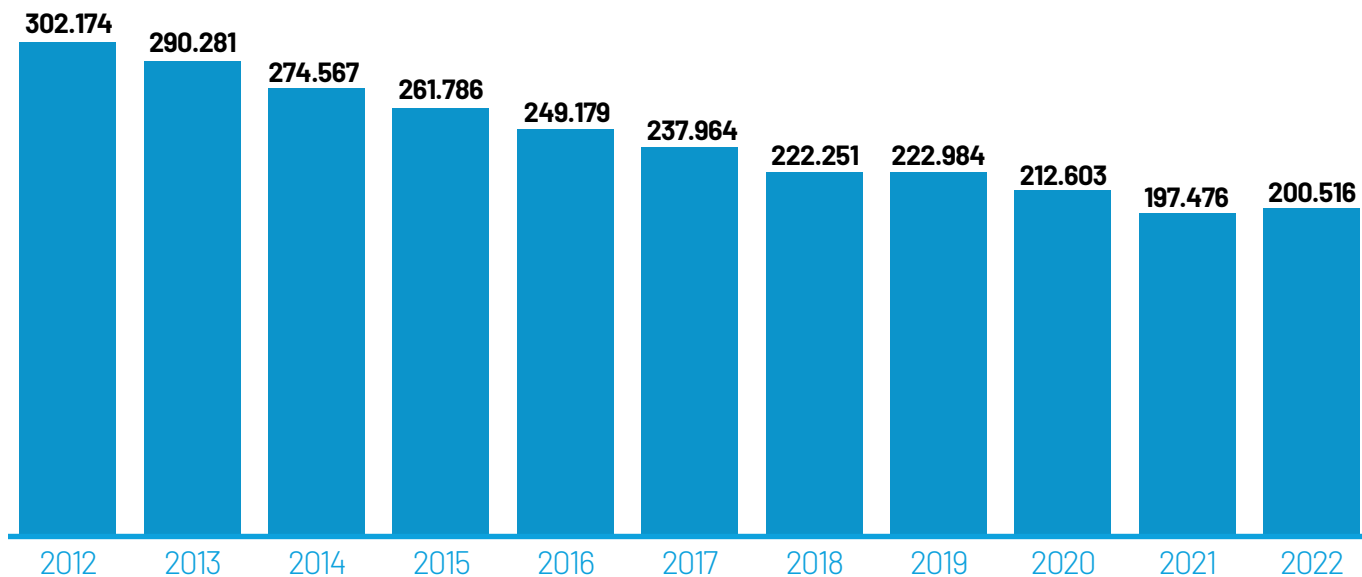
Fonte: INEP - Censo Escolar 2022

MATRÍCULAS - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - REDE ESTADUAL /RS



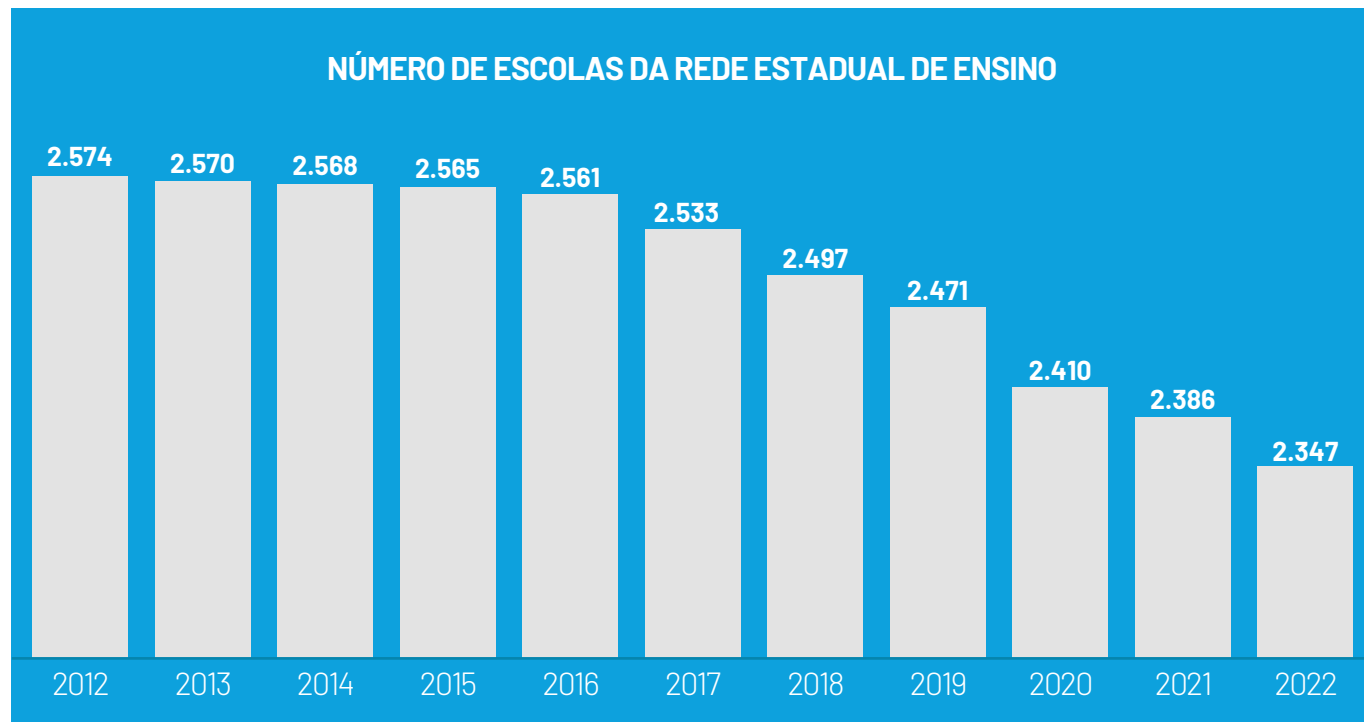
Fonte: INEP-Censo Escolar 2022

MATRÍCULAS - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - REDE ESTADUAL /RS



Fonte: INEP-Censo Escolar 2022

4.2 – Escolas da Rede Estadual de Ensino



Fonte: INEP - Censo Escolar 2022

- Em 2022, foram registradas 2.347 escolas estaduais, quando em 2021 eram 2.386, ou seja, uma redução de 39 (-1,6%) escolas.
- De 2016 a 2022 já se verifica o fechamento de 210 escolas da rede no RS.
- No que se refere o número de turmas, em 2021 eram 35.997, em 2022, 36.597, representando um acréscimo de 1,7% ou 600 turmas a mais. No período de 2016 a 2022 o número de turmas foi reduzido em 15,5% (-6.707 turmas)
- O número de matrículas do Ensino Regular considera também as matrículas da Educação Especial em Classes Exclusivas.

4.3 – Dados Preliminares do Censo Escolar de 2023

O Governo Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU), no dia 18 de setembro, a Portaria com os dados preliminares do Censo escolar de 2023, que ainda passarão por conferência, confirmação e retificação, para posterior divulgação oficial. Os mesmos também estão disponíveis para consulta no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Apresentamos aqui alguns dados, que se referem às matrículas presenciais na educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos (EJA das redes estaduais e municipais, urbanas e rurais, em tempo parcial e integral).

4.3.1 - Redução de alunos

- O Rio Grande do Sul registrou redução de 28.304 alunos matriculados no Ensino Básico em 2023, número que representa queda de 1,6% na comparação com 2022.
- O resultado altera a tendência de crescimento nas matrículas. Em 2022, o Estado, em todas as suas redes de ensino, registrou um acréscimo de 35 mil alunos na comparação com 2021.
- O Censo informa que o RS tem 1.640.229 estudantes, considerando rede pública e privada.
- **Dentre as etapas e níveis de ensino, apenas duas apresentaram crescimento nas matrículas: creche, com acréscimo de 3.417 alunos ou 2,7% a mais do que em 2022, e pré-escola, que recebeu 2.036 crianças, 1,1% acima do que no levantamento anterior.**
- **A quantidade de alunos matriculados nas escolas de Ensino Médio do Estado caiu 4,8% (-14.146).**
- A Educação de Jovens e Adultos (EJA), perdeu 7,7% (-4.378).
- Também houve queda de 0,9% (-5.317) no total de estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental e de redução de 2,2% (-9.916) nos anos finais da mesma etapa.
- Na Educação Especial, no levantamento preliminar, o Rio Grande do Sul aumentou o número de alunos com 94.468 matriculados, quando em 2022 tinha 87.084, o que significa 7.384 alunos a mais em 2023. A diferença é de 8,4% entre os dois anos. O aumento de estudantes foi maior nacionalmente, passando de 1.283.649 no ano passado para 1.477.294 em 2023, 15% a mais entre as comparações.

5. INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - IDEB



Foto Debora Beina

- Criado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep) em 2007, o IDEB sintetiza em um único indicador dois conceitos para aferir a qualidade do ensino no país: **Fluxo**: representa a taxa de aprovação dos alunos; **Aprendizado**: corresponde ao resultado dos estudantes no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido tanto pela Prova Brasil, avaliação censitária do ensino público, e a Aneb, avaliação amostral do SAEB, que inclui também a rede privada.
- O indicador leva em conta a aprovação ou evasão dos alunos e o seu desempenho em português e matemática medido pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)
- O IDEB utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil era alcançar a média 6.0 até 2021, parâmetro educacional correspondente ao de países da

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

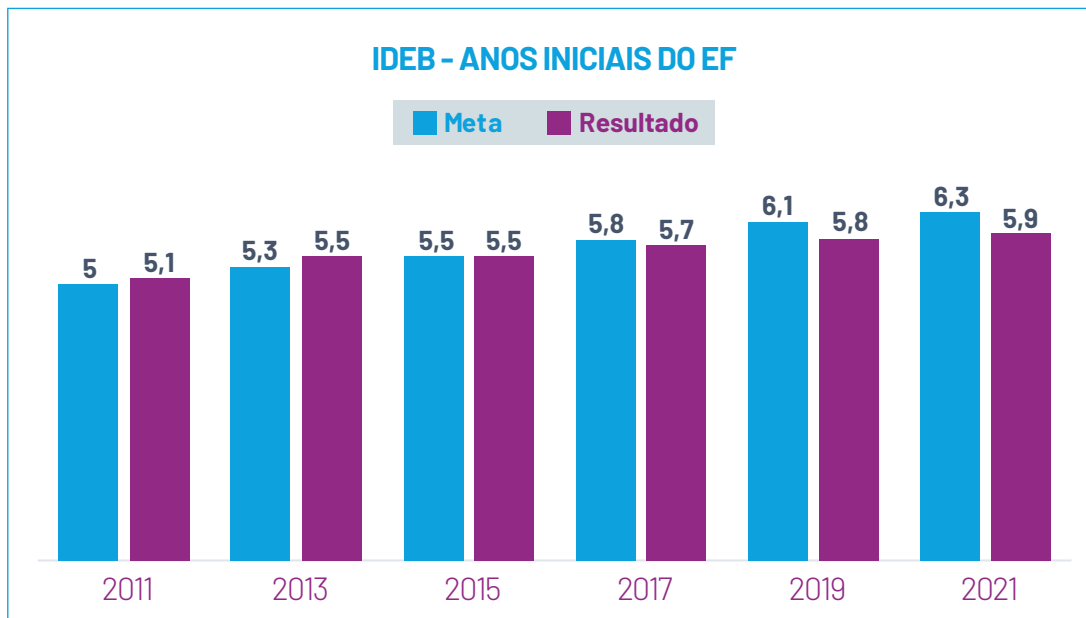
- O IDEB é calculado levando em conta dois fatores: a porcentagem de alunos aprovados (ou seja, que não repetiram de ano) e as notas dos estudantes em uma prova chamada Saeb. Só que, em 2021, esses dois “ingredientes” foram comprometidos, porque parte das redes de ensino adotou a aprovação automática na pandemia, e pode ter, portanto, um IDEB artificialmente mais alto.
- Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) é garantir o aprendizado adequado na idade certa – toma como referência as médias nacionais do IDEB, seguindo as projeções definidas pelo Plano Decenal da Educação (PDE). O PNE define metas para cada biênio até 2021.

5.1 - IDEB DA REDE ESTADUAL DE ENSINO – RS

ANO	ANOS INICIAIS DO EF		ANOS FINAIS DO EF		ENSINO MÉDIO	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
2011	5	5,1	4	3,8	3,7	3,4
2013	5,3	5,5	4,4	3,9	4	3,7
2015	5,5	5,5	4,8	4	4,4	3,3
2017	5,8	5,7	5	4,3	4,8	3,4
2019	6,1	5,8	5,3	4,4	5	4
2021	6,3	5,9	5,5	5	5,3	4,1

Fonte: IDEB/INEP

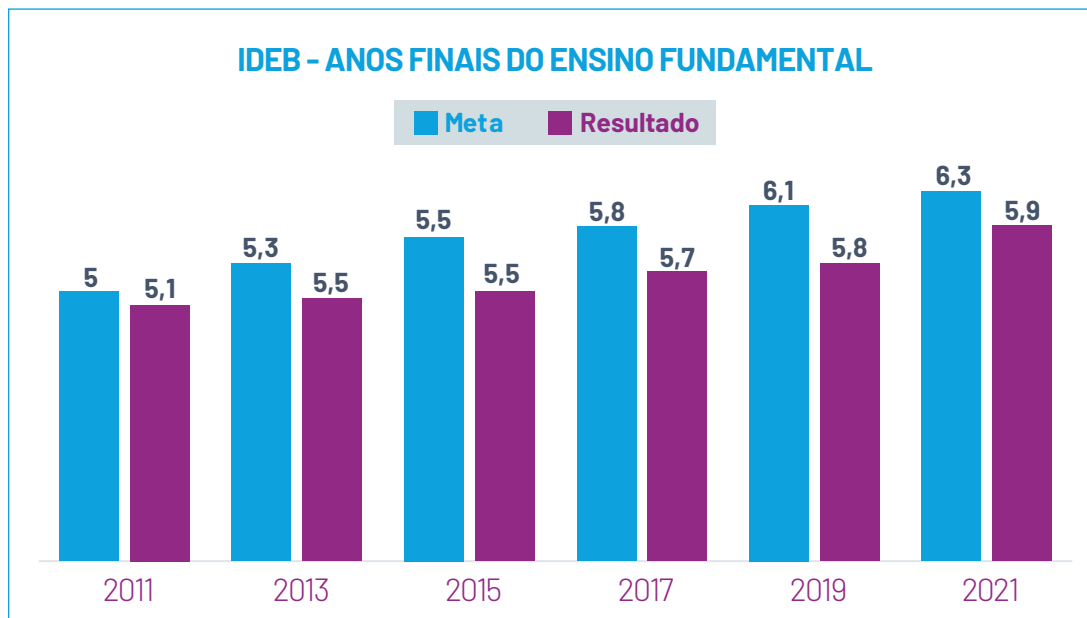
5.1.1 – Anos iniciais do Ensino Fundamental/ Rede Estadual do RS



Fonte: IDEB/INEP

- A nota foi 5,9, em 2021, e a meta a ser atingida era de 6,3.
- Ficou na 10ª posição em relação aos outros estados do país.

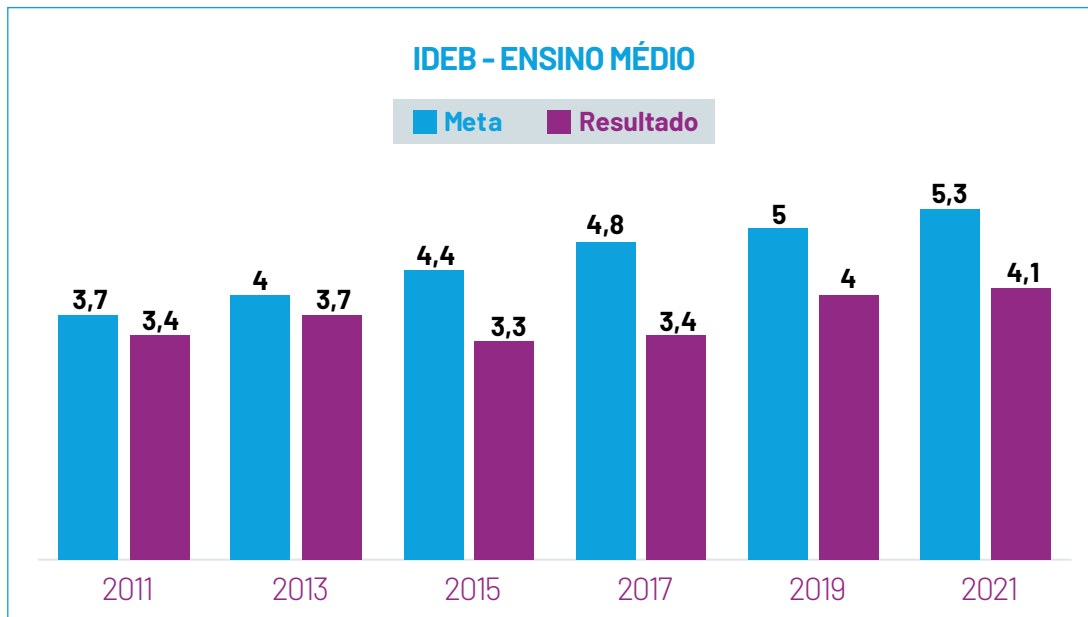
5.1.2 - IDEB - Ensino Fundamental – Anos Finais/ Rede Estadual



Fonte: IDEB/INEP

- A nota foi 5,0 e a meta a ser atingida, em 2021, era de 5,5.
- O RS ficou em 5º lugar, entre as redes estaduais do país.

5.1.3 - IDEB - Ensino Médio/ Rede Estadual de Ensino



Fonte: IDEB/INEP

- No Ensino Médio, em 2021, a nota foi 4,1 e a meta ser atingida era de 5,3.
- Foi a 7ª posição entre as redes estaduais do Brasil.

- Os dados acima são de 2021. A próxima avaliação acontece entre outubro e novembro de 2023. As provas são realizadas a cada dois anos.
- Destacamos que a Rede Pública Estadual do RS continua com seus indicadores abaixo das metas estabelecidas no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).
- Tanto o Ministério da Educação como especialistas na área alertam que os dados do IDEB E SAEB precisam ser analisados com ressalvas, já que podem não retratar a realidade. Os índices de 2021, na verdade, podem estar distorcidos porque foram colhidos em condições que acabaram “mascarando”, o verdadeiro retrato da educação brasileira e gaúcha durante a pandemia da Covid-19.
- Na pandemia algumas redes de ensino adotaram a política de não reprovar ninguém. Neste caso, a taxa de aprovação foi, portanto, de 100% (todo mundo passou de ano). Consequentemente, o IDEB aumentou de forma artificial em relação à série histórica, sem necessariamente indicar uma melhora na educação.
- Outro fator que também pode ter influenciado a distorção dos indicadores foi a baixa participação dos alunos na prova do SAEB. Como as provas foram aplicadas entre novembro e dezembro de 2021, nem todas as escolas tinham voltado a oferecer atividades presenciais. Assim, a taxa de participação dos alunos, que, em 2019, tinha sido de 80%, foi reduzida para 70% em 2021.

- É de extrema importância que qualquer análise dos resultados considere essas distorções, causadas por fatores externos – e que não necessariamente têm a ver com a melhora ou piora da qualidade da educação. Comparações com anos anteriores e entre as redes devem ser feitas com cuidado.
- As avaliações externas podem se constituir como instrumentos de acompanhamento da qualidade educacional, no entanto, elas não podem ser usadas como principal ou único meio para esta mensuração. Outros aspectos como a formação e valorização dos professores, estrutura e entorno das escolas, condições de trabalho, complexidades específicas das redes de ensino, modelos de gestão adotados mais ou menos participativos, fatores de vulnerabilidade social e de renda dos professores e alunos, aspectos socioemocionais contribuem significativamente para compor, em conjunto, o conceito de qualidade da educação e devem ser considerados nos processos avaliativos.
- Os modelos de avaliação, dentre eles o SAERS, tendem a uma diminuição das dimensões curriculares, deixando de avaliar outros campos dos saberes, que também são importantes para o desenvolvimento emancipatório das crianças e jovens. Por isso, há a necessidade de acrescentar outras variáveis a serem avaliadas na mensuração da qualidade educacional.

6. APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO, E ABANDONO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RS

6.1 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Reprovação	7,3	7,6	8,4	7,8	8,1	8,5	7,2	0	0,1	4,7
Abandono	0,5	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,1	1,5	0,3
Aprovação	92,2	91,9	91,2	91,8	91,4	91,2	92,3	99,9	98,4	95

Fonte: INEP – Censo Escolar 2022

6.2 – Anos Finais do Ensino Fundamental

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Reprovação	20,5	19,4	20,6	20,1	19,2	20	16,1	0,1	0,1	6,5
Abandono	2,5	2,5	2	1,6	1,8	1,7	1,9	0,7	4,3	2,1
Aprovação	77	78,1	77,3	78,3	79	78,3	82	99,2	95,6	96,4

Fonte: INEP – Censo Escolar 2022

6.3 – Ensino Médio

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Reprovação	16,4	17,3	19	21,4	21,9	22,4	13,1	0,9	0,9	8,9
Abandono	10,1	9	8,1	7,4	8,4	7,5	8,4	7,1	11,1	11
Aprovação	73,5	73,7	72,9	71,2	69,7	76,5	69,1	92	88	80,1

Fonte: INEP – Censo Escolar 2022

- As taxas de abandono se está relacionada à porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo Escolar.
- Nos dados de reprovação, observamos que, no Ensino Fundamental, anos iniciais, houve um aumento, se comparado com o ano de 2022. Mas se consideramos que os anos de 2020 e 2021 foram fortemente marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, e que os dados podem não refletir a realidade, na comparação com o de 2019, o índice de reprovação diminuiu. O mesmo aconteceu nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
- No que se refere ao percentual de abandono dos alunos **nos anos iniciais do ensino fundamental** desde 2013, percebemos uma relativa estabilidade até 2019. No ano de 2020, houve uma queda desses percentuais. No entanto, em 2021, ocorreu um aumento significativo nas escolas estaduais, chegando a 1,5%. Os dados de 2022 apresentam uma redução dos índices em comparação ao ano anterior.
- Nos **anos finais do ensino fundamental** também há uma estabilidade até 2019, queda em 2020 e aumento em 2021. Na rede estadual do RS, a taxa de abandono nesse nível de ensino era de 0,7%, enquanto, em 2021, esse valor foi de 4,3%. O ano de 2022 apresentou uma redução significativa da taxa de abandono, assim como aconteceu nos anos iniciais do ensino fundamental, diminuindo para 2,1% nas escolas estaduais.
- No que se refere ao **ensino médio**, o histórico desde 2013 mostra muita oscilação e taxas mais expressivas de abandono escolar, especialmente nos anos de 2021 e 2022, chegando a 11% nas escolas estaduais. Diferentemente do que ocorreu no ensino fundamental, em 2022 não houve mudança significativa dessas taxas.
- Nos dados de aprovação, observamos um crescimento em todas as etapas, se comparado com 2019, mas na comparação com 2021 houve queda nos indicadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Nos anos finais do Ensino Fundamental houve um pequeno crescimento.

7. DISTORÇÃO IDADE - SÉRIE

Etapa	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Anos Iniciais do EF	16.8%	15.6%	14.5%	14.2%	13.2%	12.8%	12.8%	12.2%	7.7%	5.6%
Anos Finais do EF	33.9%	34.5%	34.8%	34.2%	34.9%	34.2%	33.6%	33.5%	29.4%	25.2%
Ensino Médio	31.3%	29.5%	29.4%	33.7%	36.5%	38.1%	33.4%	33.9%	29.6%	29%

Fonte: INEP-Censo Escolar 2022

- A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14 anos de idade.
- O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles.
- Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais e retorna à escola, ele precisa repetir uma mesma série para não prejudicar a progressão dos conteúdos. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.
- Aqui também devemos considerar que os anos de 2020 e 2021 foram fortemente marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, e que os dados podem não refletir a realidade.

8. SAERS – SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR

O Relatório dos resultados da avaliação escolar feita pela SEDUC em 2022, apontou que 96% dos alunos da rede pública do RS saem da escola sem ter o aprendizado adequado de matemática. Este resultado foi obtido através de provas feitas com 336.467 mil estudantes pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS (SAERS) de 2022. O Relatório mostrou que houve queda no aprendizado dos alunos, que pode ter sido prejudicado pela pandemia.

8.1 – Histórico do SAERS

- A metodologia aplicada pelo SAERS 2022 está prevista no Decreto 55.6679/2022.
- Foi criado em 2005, inicialmente como uma avaliação-piloto de forma amostral, com aplicação para o 3º e o 6º anos do Ensino Fundamental e o 1º do Ensino Médio. Entre 2007 e 2011, a avaliação foi aplicada anualmente.
- Entre 2011 e 2014, não foi aplicado este tipo avaliação. Na época foi criado o SEAP –Sistema estadual de Avaliação Participativa.
- Em 2016 e 2018 foi aplicado para o 2º e o 6º anos do Ensino Fundamental e o 1º do Ensino Médio.
- Em 2020 não foi aplicado.
- Em 2022, em seu novo formato, foi aplicado para o 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º do Ensino Médio das redes pública estadual e municipais.

8.2 – Resultados da Avaliação Escolar – 2022 (redes municipais e estadual)

Ano/Série	Disciplinas	Avaliação	
		Adequado	Básico/ Abaixo do Básico
2º ano do Ensino Fundamental	Matemática	58%	42%
2º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	54%	46%
5º ano do Ensino Fundamental	Matemática	37%	63%
5º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	51%	49%
9º ano do Ensino Fundamental	Matemática	13%	87%
9º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa	30%	70%
3º ano do Ensino Médio	Matemática	4%	96%
3º ano do Ensino Médio	Língua Portuguesa	27%	73%

Fonte: SEDUC/RS

- O desempenho dos alunos no 2º e no 5º ano do ensino fundamental foi considerado razoável, segundo aponta o Relatório.
- Foram avaliadas as competências e habilidades em Língua Portuguesa e matemática nos estudantes do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.

- A avaliação censitária foi realizada em todas as escolas da rede estadual e redes municipais com, no mínimo, 10 alunos matriculados na rede.
- Segundo a SEDUC, cruzando com outros dados, os resultados evidenciaram que alunos com poder aquisitivo maior, de cor branca e parda e do gênero feminino alcançaram desempenho maior do que alunos com menor nível socioeconômico, pretos ou indígenas e do gênero masculino. Essas características estão presentes em todas as etapas de ensino avaliadas e se aprofundam no 3º ano do Ensino Médio.

RESULTADO EM 2016 – ENSINO MÉDIO

- **Língua Portuguesa** – 29,1% – abaixo do básico; 52,3% – básico; 16,9% – adequado; 1,8% – avançado.
- **Matemática** – 44,7% – abaixo do básico; 47,5% no básico; 7,1% adequado; 0,6% avançado

RESULTADO EM 2018 – ENSINO MÉDIO

- **Língua Portuguesa** – 18,8% abaixo do básico; 50,1% no básico; 26,6% no básico e 4,5% no avançado.
- **Matemática** – 35,2% – abaixo do básico; 51,4% no básico; 11,9% no adequado; 1,5% no avançado.

8.3 – Participação de Estudante da Rede Pública do RS nas provas do SAERS em 2022 (redes municipais e estadual)

ETAPA	SAERS 2022	
	EFETIVO	PARTICIPAÇÃO
2º ano do Ensino Fundamental	94.286	78 %
5º ano do Ensino Fundamental	103.808	78 %
9º ano do Ensino Fundamental	88.058	75 %
3º ano do Ensino Médio	50.315	63 %
Total Rede Pública	336.535	74,35%

Fonte: SEDUC/RS

9. PROGRAMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Consideram-se, em tempo integral, os alunos que estão em turmas presenciais com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas presenciais com carga horária menor, mas que somada com o tempo de Atividade Complementar atinja as 7 horas ou mais.

- A meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece o objetivo de ofertar a educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de modo que atenda a, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Para tanto, os estudantes devem ter, pelo menos, sete horas de atividades escolares.
- No **Ensino Fundamental**, em 2019, a Rede Estadual tinha 91 escolas atendendo dentro do Programa Escola de Tempo Integral. O atendimento no Ensino Fundamental era de 14.000 alunos.

- No **Ensino Médio**, o Estado do Rio Grande do Sul iniciou o ano letivo de 2019 com 9 novas escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Estas instituições de ensino iriam se somar às outras 12, implantadas no ano de 2018, que eram mantidas com recursos provenientes do Ministério da Educação (MEC). Eram 2.500 alunos no Ensino Médio, na ocasião.
- Até o final do ano de 2022, eram 44 escolas de Ensino Médio com Turno Integral no Estado.
- Em 2023, o Governo do Estado diz que está implantando o Ensino Médio em Tempo Integral em mais 67 escolas da Rede Estadual. Somando-se as que já tinham na modalidade com as que passarão a ter, haverá 111 escolas com aulas em dois turnos.
- Dentro do montante, estão computadas 18 escolas regulares, oito Colégios Tiradentes e 18 escolas técnicas.
- No Rio Grande do Sul, apenas 2,5% das matrículas no Ensino Médio eram em Escolas de Tempo integral em 2022, índice significativamente inferior à média do país, que foi de 17,7%.

10. EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos – EJA destina-se aos alunos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, para que possam concluir estes níveis de ensino mediante cursos e exames. Pode ser realizada para os maiores de quinze anos para a conclusão do ensino fundamental e para os maiores de dezoito anos para a conclusão do ensino médio.

Em junho deste ano (2023) foi divulgado os dados do módulo de Educação na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE. Os resultados do “Suplemento Educação” são as primeiras informações, após o período mais agudo da pandemia (2020-2021). Devido à redução na taxa de aproveitamento da amostra, causada pela mudança na forma de coleta durante o período de distanciamento social, a divulgação do suplemento foi suspensa em 2020 e 2021, retornando com os resultados de 2022.

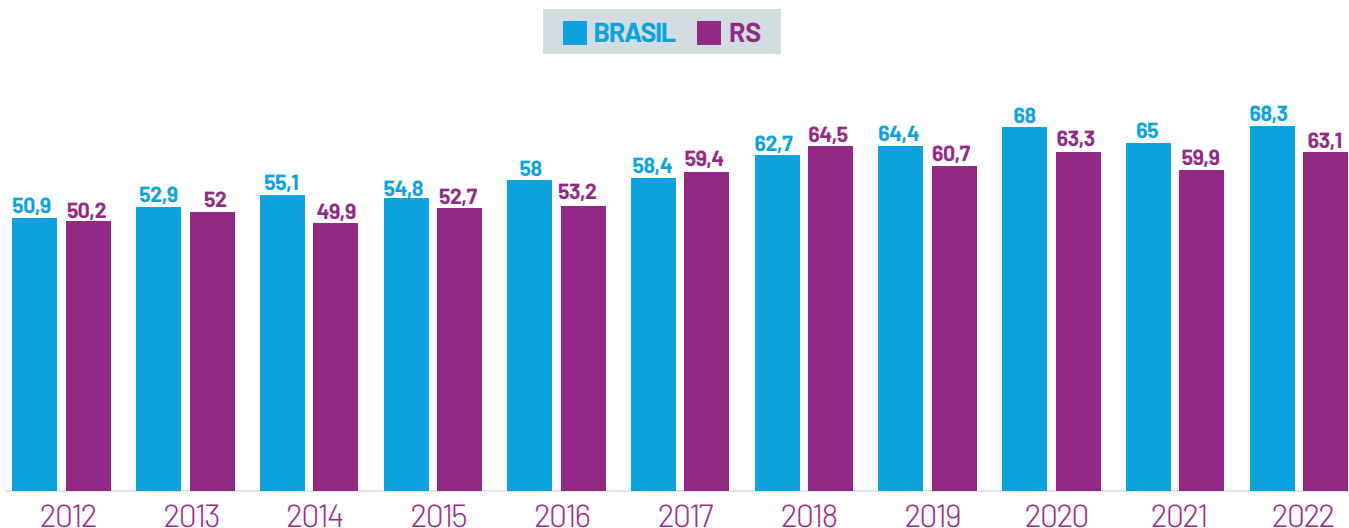
10.1 – Dados da PNAD Contínua (Módulo Educação)

- O Rio Grande do Sul alcançou a marca de 51,4% das pessoas com 25 anos ou mais de idade que concluíram, no mínimo, o ensino médio, em 2022. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua.
- Na série histórica da pesquisa, esse percentual ultrapassa 50% da população. Mesmo assim, o Estado ficou abaixo da média brasileira que atingiu 53,2%.

10.1.1 - Conclusão da escolarização de jovens e adultos (população de 25 ou mais, em 2022)

- 53,3% das mulheres tinham concluído o ensino médio.
- 49,5% dos homens concluíram o ensino médio.
- 54,3% das pessoas de cor branca haviam completado, no mínimo, o ciclo básico.
- 39,4% das pessoas de cor preta ou parda concluíram o ciclo básico.

TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO AOS 19 ANOS



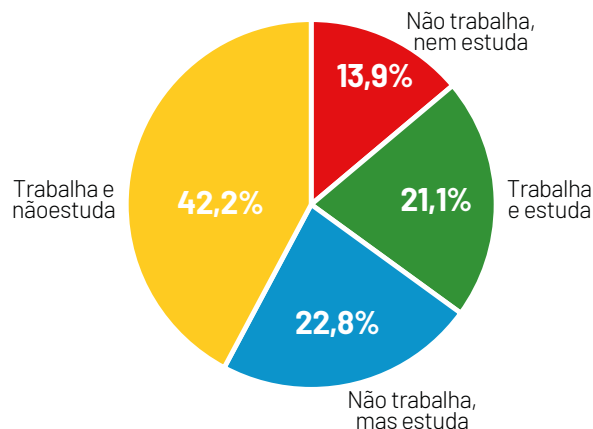
Fonte: PNAD Contínua/IBGE

10.1.2 – Nº de jovens que não estudam e nem trabalham

- No Rio Grande do Sul, em 2022, havia 2,3 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade. Dentre essas pessoas, 13,9% não estavam ocupadas nem estudando; 21,1% estavam ocupadas e estudando; 22,8% não estavam ocupadas, porém estudavam; e 42,2% estavam ocupadas e não estudando.
- Das mulheres entre 15 e 29 anos, 18,8% não estavam ocupadas, nem estudando ou se qualificando e, dos homens, 9,5%.
- Por outro lado, 22,0% das mulheres da mesma faixa etária e 20,3% dos homens trabalhavam e estudavam. Outros 34,6% das mulheres e 49,1% dos homens apenas trabalhavam, enquanto 24,7% das mulheres e 21,1% dos homens apenas estudavam ou se qualificavam.
- Com relação a cor ou raça, 22,0% das pessoas brancas trabalhavam e estudavam, percentual maior do que entre as pessoas de cor preta ou parda (18,3%).

O percentual de pessoas brancas apenas trabalhando (43,3%) e apenas estudando (23,0%) também foi superior ao de pessoas de cor preta ou parda. Por outro lado, o percentual de pessoas pretas ou pardas que não estudavam e não estavam ocupadas foi consideravelmente maior que o de pessoas brancas, 20,6% contra 11,7%

TRABALHO E ESTUDO ENTRE AS PESSOAS DE 15 A 29 ANOS NO RS

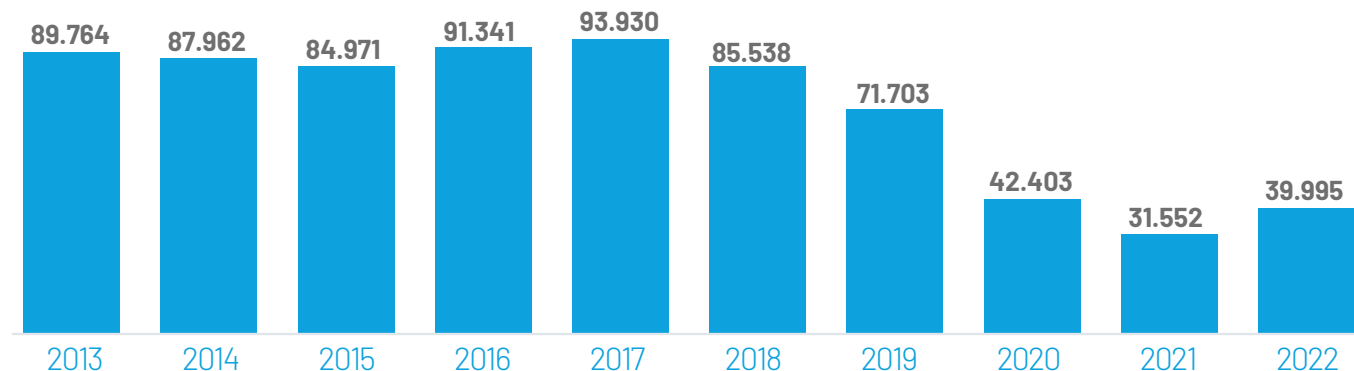


10.1.3 – Taxa de analfabetismo no RS

- A taxa de analfabetismo apurada no Rio Grande do Sul para 2022 foi de 2,5%, o que equivale a 232 mil pessoas com 15 anos ou mais de idade analfabetas. Dessas pessoas, 26,3% (61 mil) viviam na Região Metropolitana de Porto Alegre. Em toda a série histórica da PNAD, iniciada em 2016, o Estado oscilou entre a quarta e a quinta menor taxa no país, sempre equivalente a menos da metade da média brasileira, que chegou ao seu menor valor em 2022, com 5,6%.
- Segundo a pesquisa, no Rio Grande do Sul o analfabetismo está diretamente associado à idade. Quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Em 2022, eram 150 mil analfabetos com 60 anos ou mais no estado, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 6,8% para esse grupo etário. Ao incluir, gradualmente, os grupos etários mais novos, observa-se queda no indicador: 4,0% entre as pessoas com 40 anos ou mais, 2,8% entre aquelas com 25 anos ou mais e 2,5% entre a população de 15 anos ou mais.
- Na análise por cor ou raça, há diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2022, 2,0% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 4,3% entre pessoas de cor preta ou parda.
- No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 5,2% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 14,9%. Neste grupo etário, comparando-se os dados de 2022 com 2019, nota-se uma queda de 1,3 n.p. para as pessoas pretas e pardas.
- A taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais, em 2022, foi de 2,6%, enquanto a dos homens foi de 2,4%. Para a faixa etária mais velha, nota-se que a taxa das mulheres foi superior à dos homens, alcançando 7,0% em 2022. Esse valor, no entanto, equivale a mais que o dobro do relativo ao grupo de mulheres de 15 anos ou mais.

10.2 - Matrículas na EJA - Rede Estadual de Ensino do RS

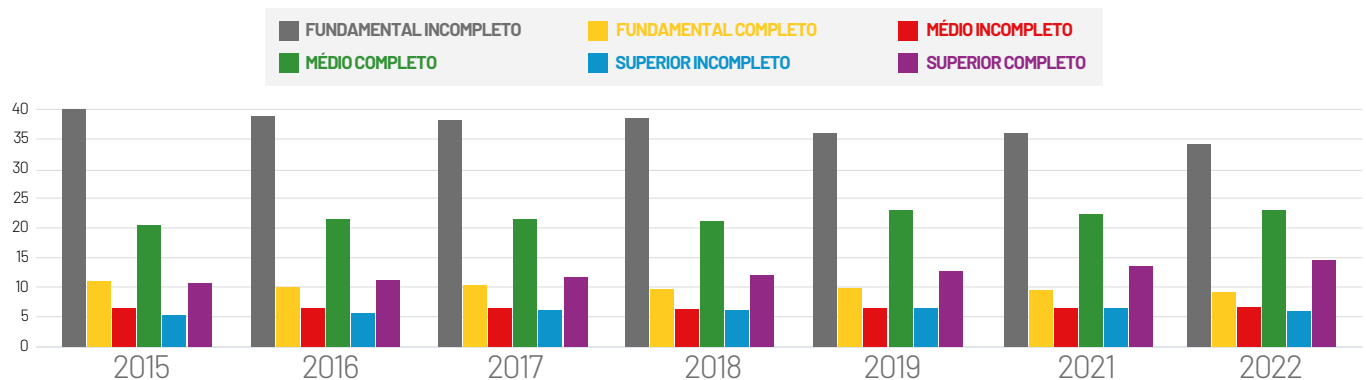
NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA



Fonte: INEP - Censo Escolar 2022

- Em 2019, no Rio Grande do Sul totalizaram 71.703 matrículas e em 2020 caíram para 42.403 uma queda de 40,9%. Em 2021, o número de matrículas foi de 31.552, ou seja, em relação a 2020 mais uma queda de 25,6%. De 2019 a 2021 são -56% (- 40 mil matrículas). No cenário nacional também houve queda, mas bem menor.
- Entre 2017 e 2022 houve uma queda de 53.935 matrículas na EJA da rede estadual de ensino.
- Aqui também devemos considerar que os anos de 2020 e 2021 foram fortemente marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, e que os dados podem não refletir a realidade.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO NO RS - 2015-2022



Fonte dos dados brutos: IBGE (2022)

- O gráfico mostra o percentual da população por nível de instrução no Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2022.
- A participação relativa de pessoas com ensino fundamental incompleto, que concentra a maior parte da população, teve declínio, entre 2015 e 2022, de 40,4% para 34,3%. A variação, portanto, foi de -15,1%. A parcela da população com ensino fundamental completo caiu de 11,3% para 9,4% no período.
- No caso de pessoas com ensino médio incompleto, a participação manteve-se estável. Pessoas com curso superior incompleto tiveram um leve aumento de participação no total da população, de 5,6% para 6,2%.
- As participações relativas de pessoas com ensino médio completo e com superior completo tiveram aumentos significativos, no total da população, de 20,7% para 23,3%, e de 10,8% para 14,8% respectivamente. Isso corresponde a variações percentuais de 12,6% e de 37,0% respectivamente.

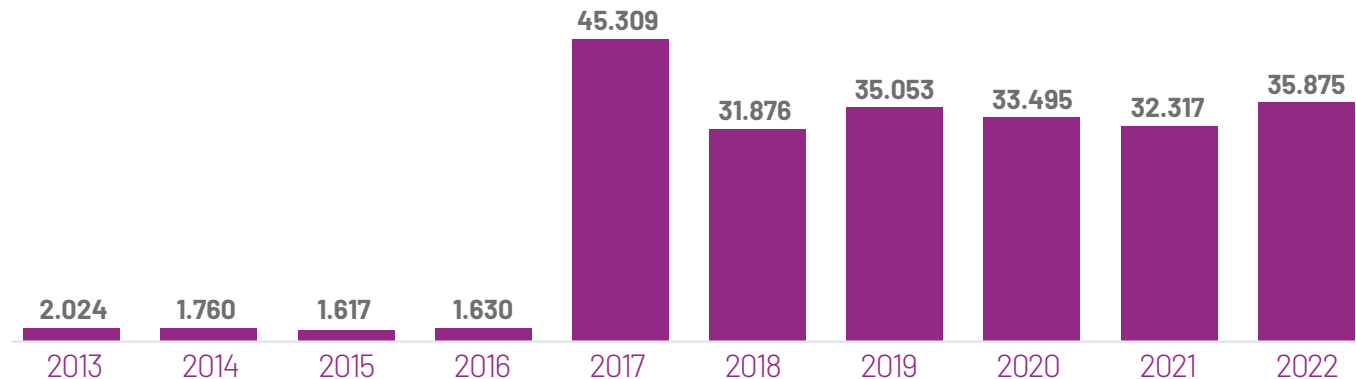
11. EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em junho de 2014, determinou que o Brasil deveria universalizar o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja, preferencialmente em classes comuns com alunos sem deficiência até o ano de 2024.

11.1 – Alunos matriculados na Educação Especial em escolas estaduais

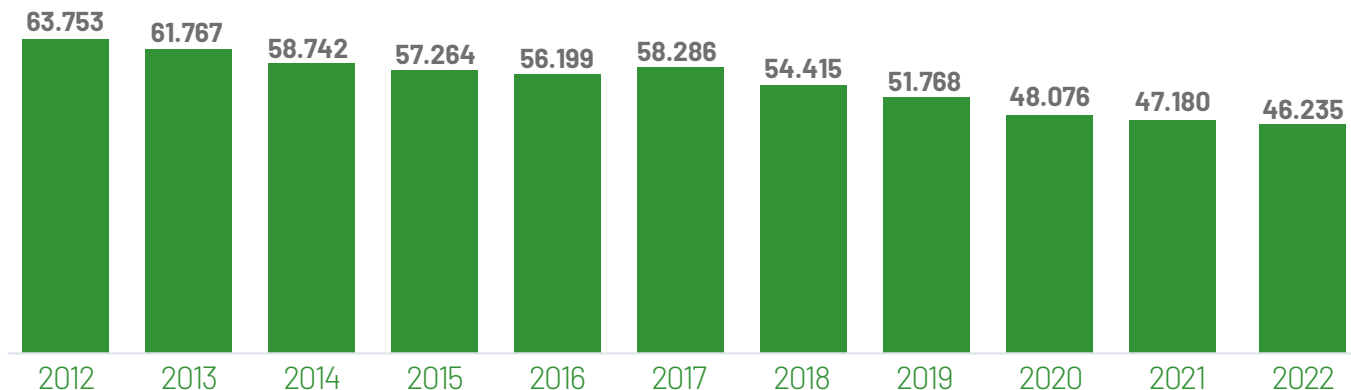
NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL



Fonte: INEP – Censo Escolar 2022

12. EDUCAÇÃO DO CAMPO

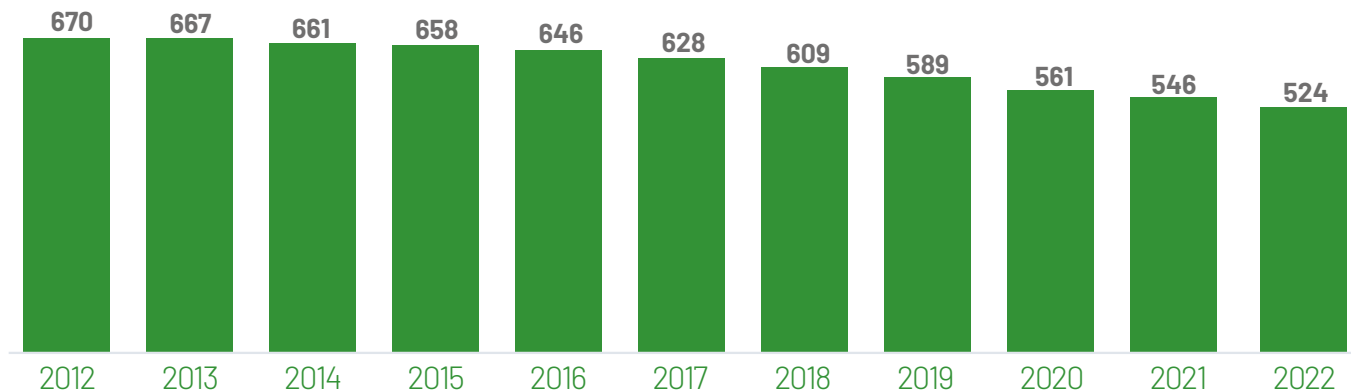
NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NAS ESCOLAS DO CAMPO



Fonte: INEP - Censo Escolar 2022

- Os gráficos nos mostram a diminuição significativa do número de matrículas nas Escolas do campo. Quase 18 mil alunos a menos nos últimos 10 anos. Além da diminuição das matrículas, fechamento de escolas, as escolas sofrem com enturmação e problemas de infraestrutura.
- Esses fatores acabam prejudicando toda a comunidade escolar, mas principalmente os alunos, e o futuro da agricultura familiar, uma vez que a atual situação contribui com o êxodo rural.

NÚMERO DE ESCOLAS DO CAMPO



Fonte: INEP - Censo Escolar 2022

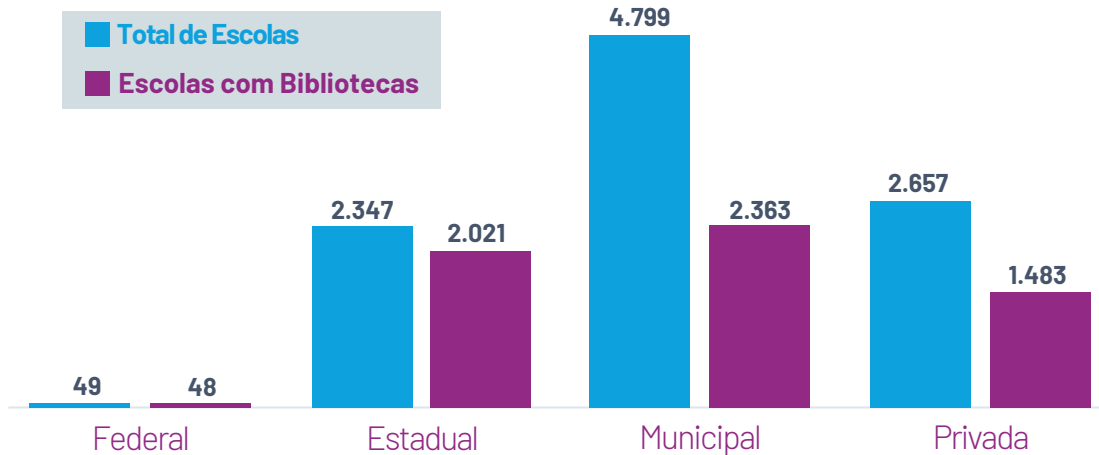
13. BIBLIOTECAS ESCOLARES

- 86% das Escolas Estaduais possuem Bibliotecas (Dados do Censo Escolar de 2022).
- O governo do Rio Grande do Sul realizou, em 2021, concurso para diferentes cargos e, dentre estes, 26 vagas para Analista Bibliotecário para a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Destes 10 estão na estrutura da SEDUC. **No entanto, as bibliotecas das escolas estaduais seguem sem bibliotecários ou técnicos em biblioteconomia.**
- A SEDUC, no ofício nº 2026/2022 encaminhado em 14 de setembro de 2022 ao Conselho Regional de Biblioteconomia, informou que: 118 escolas não têm biblioteca; 27 escolas têm bibliotecas fechadas; e que 2.182 escolas têm Bibliotecas abertas (**no entanto, não informa se estes espaços têm profissionais responsáveis**). Também informa que têm 11 bibliotecários lotados nos seguintes setores: sede central da SEDUC- 2; 1ª CRE - 3; 2ª CRE - 1; 12ª CRE - 2; 23ª CRE - 1; 7ª CRE-1; e 28ª CRE -1. (10 destes nomeados no Concurso de 2021, realizado pela Secretaria do Planejamento).
- A falta de concurso vai na contramão da Lei Federal nº 12.244/2010 que exige que toda biblioteca de instituição de ensino tenha um bibliotecário responsável. O prazo para adequação à lei terminou em 2020. Os dados apontam que o Estado ainda descumpra a Lei.
- Anualmente, mais de 100 bibliotecários terminam suas graduações no Rio Grande do Sul e podem ingressar no mercado de trabalho. O curso é oferecido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e na Universidade de Caxias do Sul.

13.1-Bibliotecas Escolares no RS

Rede de Ensino	Total de Escolas	Escolas com Bibliotecas	Percentual
Federal	49	48	98%
Estadual	2.347	2.021	86%
Municipal	4.799	2.363	49%
Privada	2.657	1.483	56%

ESCOLAS COM BIBLIOTECAS POR REDE DE ENSINO NO RS



Fonte: INEP-Censo Escolar 2022

- O Art. 218 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, de 1989, afirma que o Estado deverá manter um sistema de bibliotecas escolares na rede pública estadual e exigirá a existência de bibliotecas na rede escolar privada, cabendo-lhe ainda a obrigação de fiscalizá-las.
- A Assembleia Legislativa, tem uma Frente Parlamentar de Incentivo ao Livro e à Leitura que, junto com outras entidades educacionais e o Conselho Regional de Biblioteconomia vêm denunciando e atuando no sentido de pressionar o Governo o Estado pela abertura das Bibliotecas das escolas estaduais e a inclusão de profissionais (bibliotecários e/ou técnico em biblioteconomia) para garantir o atendimento e o funcionamento para alunos e comunidade escolar.
- Mesmo antes da pandemia, o Governo do Estado iniciou o processo de fechamento das bibliotecas escolares retirando todos os profissionais que desempenhavam a importante função de zelar pelo acervo e orientar estudantes nas suas pesquisas e leituras. Bibliotecas fechadas pautaram várias reuniões da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.



Foto Hiasine Florentino

14. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

14.1 – Rede Estadual de Ensino RS (alguns dados do Censo Escolar)

Categoria de Infraestrutura	Rede Estadual	Brasil (Redes estaduais)
Escola com acessibilidade	30% (702 escolas)	53%
Dependência com acessibilidade	65% (1.527 escolas)	68%
Sanitários com acessibilidade	38% (888 escolas)	65%
Laboratório de Informática	71% (1677 escolas)	67%
Laboratório de Ciências	47% (1.106 escolas)	31%
Sala de leitura	11% (252 escolas)	31%
Quadra de Esportes	47% (1102 escolas)	66%
Sala de atendimento especial	53% (1233 escolas)	39%
Lixo reciclagem	20% (470 escolas)	12%

Fonte: INEP – Censo Escolar 2022

14.2 - Reformas nas escolas

Num universo de 2.311 escolas (dados oferecidos pelo Governo do Estado, em janeiro de 2023)

- 176 consideradas urgentes com risco de interferência no uso dos espaços
- 1.898 consideradas intermediárias que significa escolas com necessidades graves e complementares, como por exemplo, questões elétricas, obras paralisadas e hidráulicas
- 138 consideradas complementares que são aquelas escolas com necessidades de baixa complexidade como por exemplo, manutenção de pisos, reparos em portas e janelas.
- 99 escolas sem identificação de necessidades.
- O governo dizia que a expectativa era de, ao final de 2023, ter 250 destas escolas com as obras concluídas.
- Ainda em 2021, o Governo já havia lançado um Plano de Ação e Investimentos para Obras e Qualificação do Ensino no RS, o **Avançar na Educação**, mas até o momento diversas escolas ainda aguardam as obras, além das anunciadas em 2022 e 2023.

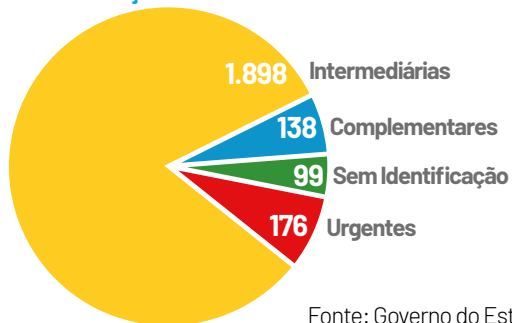
14.2.1 - Cenário da Infraestrutura escolar

Problema	Nº de Escolas
Infiltrações / goteiras	1.090
Estrutura	990
Elétrica	970
Muro e Cercamento	910
Banheiros	810
Portas e Janelas	790
Quadras de Esporte	740
Cozinhas/Refeitórios	710
Telhados	630
Esgoto	410
Água	130
Pintura	60
Acessibilidade	50
Pátio	40

Fonte: Governo do Estado RS

14.2.2 - Classificação (gravidade)

CLASSIFICAÇÃO - NECESSIDADE DE OBRAS



Fonte: Governo do Estado/RS



Foto Hashine Florentino

14.3 – Monitoramento das Obras Escolares da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia (CECDCT) da Assembleia Legislativa

Em maio deste ano, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia (CECDCT) lançou o **Monitoramento das Obras Escolares**, no site da Assembleia, onde as comunidades escolares e a população podem acompanhar, de forma online, a situação e se manifestarem sobre as necessidades das escolas.

Link de acesso:

<https://www.al.rs.gov.br/legislativo/obrasescolares.aspx>

O Monitoramento da Comissão tem por objetivo atualizar a situação de cada uma das escolas priorizadas pelo Governo do Estado e também acompanhar a situação de outras escolas.



14.3.1 – Situação das escolas monitoradas

- 334 Monitoradas: Estas escolas constam nas listas priorizadas pelo governo: 176 em fevereiro; 254 em junho (sendo que nesta segunda lista chamada de Relatório Lição de Casa, o governo excluiu 145 escolas da primeira lista).
- Incluímos outras escolas que ligaram ou enviaram e-mails a Comissão.
- A inclusão das escolas no monitoramento se deu a partir da confirmação das informações junto as equipes diretivas no período de maio a novembro de 2023.

Alguns dados sobre as obras escolares:

- **Não têm problemas estruturais – 2 escolas**
- **Interditadas – 26 escolas** (Parcial: 22 e Total: 3)

Fonte: Monitoramento das Obras Escolares CECDCT

Principais demandas elencadas pelas 334 escolas monitoradas.

PROBLEMA	TOTAL	INICIADA	NÃO INICIADA	CONCLUÍDA
ELÉTRICA	138	14	118	6
HIDRÁULICA	18	1	16	1
CAIXA D'ÁGUA	10	1	8	1
TELHADO	112	6	95	11
Estrutura - Banheiro	56	5	47	4
Estrutura - Salas de Aula	38	2	32	4
Estrutura - Geral	100	9	86	5
Cozinha reforma	21	1	19	1
Cozinha construção	11	0	11	0
Refeitório reforma	28	1	26	1
Refeitório construção	33	0	33	0
Ginásio Reforma	19	2	16	1
Ginásio Construção	19	1	18	0
Quadra de Esportes Reforma	52	2	48	2
Quadra de Esportes Construção	26	1	25	0
Internet	3	0	2	1
Manutenção	94	3	86	5
Muro Reforma	32	1	28	3
Muro Construção	43	0	43	0
Ampliação da Escola	35	0	35	0
Escola nova	17	0	17	0
Outros (PPCI, Documentações)	35	1	32	2
TOTAL	940	51	841	48

Das 35 escolas com demanda de ampliação, 14 referiram salas de aula.

Pelo monitoramento da CECDCT:

- Das 334 escolas 99 são da 1ª listagem, 125 – 2ª listagem – Lição de Casa e 110 não estavam nas listagens do estado.
- Das 176 escolas, apontadas na primeira listagem do estado, contatamos 99 escolas, destas apenas 3 escolas tiveram suas demandas concluídas.
- Das 334 escolas monitoradas, 138 escolas apresentaram problemas elétricos 41,3%.
- Das 334 escolas monitoradas 18 escolas apresentaram problemas de hidráulica 5,3%.
- Das 334 escolas monitoradas 112 apresentam problemas no telhado 33,5%.
- Das 334 escolas monitoradas 28,1 % apresentam problemas de manutenção, 11,3% problemas relacionado a Ginásio, 23,3% problemas relacionados a quadra de esportes, 9,5% problemas relacionados a cozinha, 18,2% problemas relacionados a refeitório.
- **As 334 escolas apresentaram um total de 940 demandas, destas tivemos 51 demandas iniciadas (5,4%), 841 demandas não iniciadas (89,4,%) e 48 demandas concluídas (5,1%).**

15. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A Assembleia Legislativa constituiu em 2022, a Comissão Especial para tratar do Monitoramento e Verificação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação. O relatório final apontou que a maior parte dos 56 indicadores criados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o monitoramento dos planos de educação, não foi atingida. Elaborado a partir da análise de dados oficiais, o relatório do Monitoramento do PEE demonstra que apenas **sete indicadores foram alcançados, dois deles de forma parcial e três com possibilidade de serem atingidos até o final do prazo estipulado por lei.**

- Quatro indicadores não foram monitorados por insuficiência de dados e 32 indicadores, cujo prazo ainda não findou, têm o alcance improvável, pelo ritmo de desenvolvimento apresentado na série histórica analisada.
- Questões como educação profissional, oferta de turno integral e educação infantil tiveram um desenvolvimento irrisório ou evoluíram. O mesmo aconteceu com as metas relativas à valorização dos profissionais da educação, revelando um quadro grave na educação gaúcha.

- O Relatório propôs 17 recomendações ao Poder Público, entre as quais a criação de políticas para enfrentar as desigualdades, garantindo equidade no acesso, permanência e percurso escolar; implementação de busca ativa articulada entre estado e municípios; garantia de investimento público em educação pública, revertendo processos de privatização e mercantilização da educação e destinação de valores dos orçamentos do estado e municípios para atender crianças na primeira infância.
- A análise do cumprimento do Plano Estadual da Educação mostra que a educação em tempo integral teve retrocessos no Rio Grande do Sul, assim como a Educação Infantil e articulação entre Ensino Médio, Educação de Jovens Adultos (EJA) e Ensino Profissionalizante
- 56 indicadores criados pelo INEP/MEC, apenas sete foram atingidos, dois deles com alcance parcial e três com possibilidade de serem atingidos até o final do prazo estipulado por lei (2025). Por exemplo, na oferta de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio, o RS ocupa a penúltima colocação entre os estados brasileiros, tendo sido registrado, em 2022, apenas 4,7% (pior que em 2021, que foi 4,8%). Lembramos que a meta estabelecida no Plano é de, no mínimo, 50% da oferta de escolas em Tempo Integral, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos (as) da Educação Básica.



META	TEMÁTICA	PROJEÇÃO	PRAZO	ALCANCE	SITUAÇÃO EM 2022
1	EDUCAÇÃO INFANTIL	1A - 100 %	1A - 100 %	90,50 %	NÃO ATINGIU
		1B - 50 %	2025	41,20 %	IMPROVÁVEL ATINGIR
2	ENSINO FUNDAMENTAL	2A - 100 %	2025	98,30 %	DIFÍCIL ATINGIR
		2B - 95 %	2025	79,30 %	IMPROVÁVEL ATINGIR
3	ENSINO MÉDIO	3A - 100 %	2026	95,80 %	NÃO ATINGIU
		3B - 85 %	2019	74,40 %	NÃO ATINGIU
4	EDUCAÇÃO ESPECIAL	4A - 100 %	2025	Dados Insuficientes	SEM MONITORAMENTO
		4B - PREF	2025	91,90 %	ATINGIU PARCIAL
		4C - 100 %	2025	55,50 %	IMPROVÁVEL ATINGIR
5	ALFABETIZAÇÃO CRIANÇAS	5A - 100 %	2025	Dados Insuficientes	SEM MONITORAMENTO
		5B - 100 %	2025	Dados Insuficientes	SEM MONITORAMENTO
6	EDUCAÇÃO INTEGRAL	6A - 25 %	2025	12,30 %	IMPROVÁVEL ATINGIR
		6B - 50 %	2025	24,80 %	IMPROVÁVEL ATINGIR
7	QUALIDADE IDEB	7A - 6,4	2021	6	NÃO ATINGIU
		7B - 5,8	2021	5,2	NÃO ATINGIU
		7C - 5,5	2021	4,3	NÃO ATINGIU
8	ELEVAR ESCOLARIDADE EJA	8A - 12 A	2025	12 A	ATINGIU
		8B - 12 A	2025	11,3 A	DIFÍCIL ATINGIR
		8C - 12 A	2025	10,1	DIFÍCIL ATINGIR
		8D - 100 %	2025	89,3	DIFÍCIL ATINGIR
9	ALFABETIZAÇÃO EJA	9A - 100 %	2025	97,90 %	DIFÍCIL ATINGIR
		9B - 5,4 %	2025	7,20 %	POSSÍVEL ATINGIR
10	EDUCAÇÃO PROF. EJA	10A - 25 %	2025	1,50 %	IMPROVÁVEL ATINGIR
11	EDUCAÇÃO PROF. TÉCNICA	11A - 200 %	2025	1,50 %	IMPROVÁVEL ATINGIR
		11B - 50 %	2025	23 %	IMPROVÁVEL ATINGIR
		11C	2025	Dados Insuficientes	SEM MONITORAMENTO

META	TEMÁTICA	PROJEÇÃO	PRAZO	ALCANCE	SITUAÇÃO EM 2022
12	ENSINO SUPERIOR MATRÍCULA GRADUAÇÃO	12A - 55%	2025	48,50%	DIFÍCIL ATINGIR
		12B - 37%	2025	26,50%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		12C - 40%	2025	22,40%	IMPROVÁVEL ATINGIR
13	ENSINO SUPERIOR FORM. DOC.	13A - 90%	2025	91,50%	ATINGIU
		13B - 45%	2025	59,30%	ATINGIU
14	EDUCAÇÃO INTEGRAL	14A - 6000	2025	6230	ATINGIU
		14B - 4000	2025	2439	IMPROVÁVEL ATINGIR
15	VAL. PROFESSORES FORMAÇÃO ADEQUADA	15A - 100%	2025	52,40%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		15B - 100%	2025	70,50%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		15C - 100%	2025	64,70%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		15D - 100%	2025	69%	IMPROVÁVEL ATINGIR
16	VAL. PROF. PÓS GRADUAÇÃO E FORM. CONTINUA	16A - 80%	2025	52,20%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		16B - 100%	2025	44,10%	IMPROVÁVEL ATINGIR
17	SALÁRIO	17A - 100%	2025	83,30%	DIFÍCIL ATINGIR
18	VAL. PROF CARREIRA PISO SALARIAL NACIONAL 18A - 18D ESTADO 18 E - 18H MUNICIP.	18A	2025	CUMPRE	ATINGIU
		18B	2025	NÃO CUMPRE	POSSÍVEL ATINGIR
		18C	2025	NÃO CUMPRE	POSSÍVEL ATINGIR
		18D	2025	CUMPRE	ATINGIU
		18E	2025	99,60%	DIFÍCIL ATINGIR
		18F	2025	56,10%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		18G	2025	73,60%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		18H	2025	33%	IMPROVÁVEL ATINGIR
19	GESTÃO DEM	19A - 100%	2025	ESTADO CUMPRE; MUNICÍPIO 0,6%	ATINGIU PARCIAL
		19B - 100%	2025	56,60%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		19C - 100%	2025	100%	ATINGIU
		19D - 100%	2025	50%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		19E - 100%	2025	95,30%	DIFÍCIL ATINGIR
		19F - 100%	2025	69,30%	IMPROVÁVEL ATINGIR
20	FINANCIAMENTO	20A - 10%	2025	5,10%	IMPROVÁVEL ATINGIR
		20B	2025	5,40%	IMPROVÁVEL ATINGIR

Recomendações do Relatório Final da Comissão Especial para Monitorar o Plano Estadual de Educação (PEE-RS)

- Em regime de colaboração, aprimorar a coleta de dados e metodologias que permitam o detalhamento e qualificação da avaliação e monitoramento da execução das políticas públicas, em especial dos planos de estado, como é o caso do PEE RS, feito com ampla base de estudos e contribuições da sociedade civil;
- Elaborar sistemas de avaliação e monitoramento das políticas educacionais com visibilidade e escuta dos diferentes sujeitos da comunidade escolar, buscando números e quantificações que a representem, problematizando as realidades e superando uma política de números, meramente instrumental, com um mesmo desenho padrão e limitado a um modelo único, e uma política sem números, idealizada e sem referências para a avaliação;
- Constituir sistemas públicos e participativos de avaliação, evitando a contratação de instituições privadas, sem transparência em relação às informações e sem um retorno consistente à sociedade;
- Articular políticas pelas quais se possa enfrentar as desigualdades, garantindo equidade no acesso, permanência e percurso escolar com sucesso, para todos os cidadãos;
- Articular as universidades e reativar/criar órgãos governamentais de pesquisa e estatística, para aprofundar e detalhar o monitoramento e avaliação das metas e estratégias do PEE;
- Construir um monitoramento específico do PEE RS, em ação articulada das instituições previstas no Art. 5º da Lei n.º 14.705/2015, em especial fomentando a organização e funcionamento do Fórum Estadual de Educação;
- Avançar para o detalhamento e qualificação dos indicadores no monitoramento do plano, fortalecendo e articulando os fóruns de educação (Fórum Gaúcho de Educação Infantil, Fórum de EJA, Fórum pela Inclusão escolar e outros afins);

- Reavaliar o investimento com educação no orçamento público, considerando as metas e estratégias do PEE RS e o limite mínimo, e não máximo, de 35% dos recursos de impostos, no âmbito estadual, e 25% nos municípios;
- Garantir o investimento público em educação pública, revertendo processos de privatização e mercantilização da educação;
- Aprimorar os mecanismos de transparência em relação ao planejamento e execução dos recursos públicos;
- Aprimorar os mecanismos de gestão democrática no acompanhamento das políticas públicas em educação, no provimento de direções das escolas e nos sistemas de ensino, em especial dos sistemas municipais;
- Articular o monitoramento participativo e conjunto do PEE, e o planejamento coletivo do alcance das metas, possibilitando a projeção de metas por instituição, compartilhando as responsabilidades pelo seu alcance;
- Garantir, em regime de colaboração, um projeto político-pedagógico de estado para garantir o direito à educação com qualidade social;
- Reservar valores do orçamento do estado e município, específicos para atender à educação, em especial às crianças na primeira infância;
- Garantir a qualidade da oferta educacional, em instituições públicas e privadas, exigindo do poder público e das instituições privadas o cumprimento das normas educacionais e padrões de qualidade;
- Debater sobre a possibilidade de mudança na natureza jurídica de algumas despesas educacionais, pois a educação é investimento e não despesa, podendo ser financiada através da dívida pública;
- Organizar, em regime de colaboração, um planejamento estratégico para obras e reformas, garantindo a infraestrutura e acessibilidade universal das escolas, bem como a equidade em relação às comunidades indígenas e quilombolas;



FONTES DE PESQUISA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Monitoramento das Obras Escolares.** Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/legislativo/obrasescolares.aspx>

BRASIL. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Escritório Regional do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>

DIVERSA. **Educação Inclusiva**, 2022. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/>

RIO GRANDE DO SUL. Departamento de Economia e Estatística (DEE). **Caderno ODS4 - Educação de Qualidade.** Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/cadernos-ods>

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/>

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Educação. **Acompanhamento do Plano estadual de Educação**, 2023. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/acompanhamento-do-plano-estadual>

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Educação. **Programa Agiliza Educação**, 2022. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/agiliza-educacao>

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Educação. **Programa Avançar na Educação**, 2022. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/avancar-na-educacao>

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Disponível em: <https://cage.fazenda.rs.gov.br/inicial>

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Atlas Socioeconômico do RS**. Disponível em: <http://appmapasocial.mprs.mp.br/>

RIO GRANDE DO SUL. **Programa Lição de Casa**. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/programa-licao-de-casa>



OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA



**Assembleia
Legislativa**

Estado do Rio Grande do Sul



**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA, DESPORTO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**